

## EDITAL LICITAÇÃO CAIXA 0021/2025 – CECOT/BU

### AVISOS

**AVISO 1:** Os certames licitatórios da CAIXA passam a ser exclusivamente por meio eletrônico. Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA. Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)).

**AVISO 2:** Informamos que foi implantada, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o fornecedor deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA, assim o licitante não terá mais que realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenha interesse de participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/item de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

Comunicamos que devido à extensão dos arquivos, o edital completo e anexos que o integram, encontram-se disponíveis no endereço: <http://licitacoes.caixa.gov.br>, opção “Pesquisa de Certame”, em modalidade selecionar “Licitação CAIXA”, selecionar comprador “CAIXA”, em certame informar o número “0021”, em ano informar “2025” e clicar em pesquisar. Após, localizar o link do certame 0021/2025 da CECOT e efetuar download do edital.

**Jorge Medeiros Junior**

Licitador

CN Contratações

### RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades. de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;

- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;
- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;
- ✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;
- ✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;
- ✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;
- ✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;
- ✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;
- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;
- ✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

### **NOSSOS VALORES ÉTICOS**

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

### **RESPEITO**

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

### **HONESTIDADE**

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.



- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

### **COMPROMISSO**

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

### **TRANSPARÊNCIA**

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

### **RESPONSABILIDADE**

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA  
4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)  
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC  
0800 726 0101

Ouvidoria  
0800 725 7474

## EDITAL

### CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT

### LICITAÇÃO CAIXA 0021/2025 - CECOT/BU tipo MENOR PREÇO

### AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 15/05/2025

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações em Bauru – CECOT/BU, representada por Licitador designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para a prestação do(s) serviço(s) descritos no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelo Decreto nº 8.538 de 06/10/2015 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às **09h00min** do dia **05/06/2025** - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às **10h00min** do dia **05/06/2025**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às **10h00min** do dia **05/06/2025**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta **das 12h00min às 12h15min** do dia **06/06/2025**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até o dia **29/05/2025**, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até as **23h59min** do dia **29/05/2025**, exclusivamente por meio do endereço, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO

→ registrar os argumentos e confirmar.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no N° Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

## 1 **DO OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção de infraestrutura predial, compreendendo todas as atividades de manutenção de instalações civis, elétricas, hidráulicas, instalações de combate a incêndio, cabeamento estruturado, sistemas de climatização e ventilação, equipamentos de transporte vertical, portas automatizadas, limpeza de rede de dutos e componentes e manutenção de usinas fotovoltaicas, incluindo todos os insumos, peças de reposição e demais materiais necessários, com o objetivo de garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de forma integrada e conjunta; visando atender às unidades da CAIXA vinculadas a SR SALVADOR/BA, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, conforme abaixo:

Modelo I	Declaração de MPE
Modelo II	Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
Modelo III	Proposta Comercial
Modelo IV	Planilha de Composição de Preços
Modelo V	Declaração de Conhecimento e Vistoria
Modelo VI	Declaração da Licitante sobre Destinação Ambientalmente Correta e Sustentável de Resíduos, Entulhos e Tratamento Correto de Materiais Resultantes do Processo Produtivo
Modelo VII	Declaração de Disponibilização de Equipe
Modelo VIII	Compromisso de Contratação de Empresas Autorizadas por Fabricantes
Modelo IX	Declaração de Autenticidade
Modelo X	Minuta de Contrato
Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Matriz de Riscos
Anexo III	Declaração de Vedação ao Nepotismo e Impedimentos
Anexo IV	Código de Conduta do Fornecedor CAIXA
Anexo V	Termo de Recebimento, ciência e adesão ao código de conduta do fornecedor CAIXA.
Anexo VI	Declaração de Empresa Optante do Simples Nacional
Anexo VII	Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação
Anexo VIII	Termo de Ciência da PRSAC CAIXA – Fornecedores e Empresas Prestadoras de Serviço
Anexo IX	Termo de Ciência da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação da CAIXA – Fornecedores e Empresas Prestadoras de Serviço
Anexo X	Declaração de Treinamento dos Empregados
Anexo XI	Declaração da Contratada sobre Destinação/Descarte, Recolhimento e Disposição de Resíduos
Anexo XII	Declaração de Recebimento e Conhecimento dos Apêndices do Contrato
Anexo XIII	Declaração de Preposto

- 1.2 As especificações do objeto, os locais de prestação dos serviços e a forma de execução do contrato constam do Modelo X – Minuta de Contrato, do Anexo I (Termo de Referência) e demais anexos deste Edital.



## 2 **DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- 2.1.1 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis em qualquer Unidade Cadastradora.
- 2.1.1.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.1.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.
- 2.1.2 A documentação de habilitação deve ser anexada no repositório de documentos, dentro do Cadastro do Licitante (vide “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” localizado no sistema). Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.
- 2.1.2.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.9.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses do §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE, deve apresentar declaração nos termos do Modelo I, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.9.
- 2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.
- 2.4 **Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):**
- 2.4.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.5 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
- 2.4.2 que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.4.3 organizada sob a forma de cooperativa, tendo em vista que pela natureza do(s) serviço(s) existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a contratada, bem como de pessoalidade e habitualidade, considerando, ainda, que, por definição, não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados;
- 2.4.4 que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União,

enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

- 2.4.5 cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
  - 2.4.6 constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
  - 2.4.7 cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
  - 2.4.8 constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
  - 2.4.9 cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
  - 2.4.10 que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
  - 2.4.11 de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto, básico ou executivo;
  - 2.4.12 de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- 2.5 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.4 acima:
- I À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
  - II A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
    - a) Dirigente da CAIXA;
    - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
    - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
  - III Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

### **3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o Cadastro no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o Credenciamento neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
  - 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
    - 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O CADASTRO é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.

- 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo "ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA", na sequência, acionar o botão "VINCULAR NOVO CNPJ", preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar "CONCLUIR CADASTRO".
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com login e senha acionando o botão "ENTRAR" → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro "MINHAS ATIVIDADES" → acionar o link "Credenciamento em Novos Certames" e marcar Comprador "CAIXA", selecionar o certame desejado e clicar na Atividade "Credenciamento", selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em "Concordar".
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar a opção "ME/EPP" na tela "Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica", constante da opção "Credenciamento", no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site "Licitações CAIXA" no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA.
- 3.9 O link "Credenciamento em novos certames", constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando



a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.

- 3.9.1 Ao clicar em “*Credenciar*” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “*Edital*” e a atividade “*Credenciamento*” caso ainda esteja no prazo.

#### **4 DO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o portal de Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-M@il ou sistema, aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:
- 4.4.1 acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2 comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk** – 4004 0104 – Capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Licitação CAIXA.
- 4.7 Manter a gestão da documentação de habilitação no repositório do cadastro do Fornecedor (“Guarda de Documentação de Habilitação”), no Portal Licitações CAIXA.

#### **5 DA PROPOSTA COMERCIAL**

- 5.1 A **Proposta Comercial** (Modelo III) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, por meio do endereço Eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Modelo III) e corresponde ao **VALOR GLOBAL** que consta da **Proposta Comercial** (Modelo III).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Modelo III) **deverão ser coincidentes**.

- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Modelo III) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), número de telefone, fax, *e-mail* e todas as demais informações descritas no Modelo III.
- 5.3.2 Preço UNITÁRIO, MENSAL e GLOBAL para a prestação de serviços de manutenção de infraestrutura predial, compreendendo todas as atividades de manutenção de instalações civis, elétricas, hidráulicas, instalações de combate a incêndio, cabeamento estruturado, sistemas de climatização e ventilação, equipamentos de transporte vertical, portas automatizadas, limpeza de rede de dutos e componentes e manutenção de usinas fotovoltaicas, incluindo todos os insumos, peças de reposição e demais materiais necessários, com o objetivo de garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de forma integrada e conjunta; visando atender às unidades da CAIXA vinculadas a SR SALVADOR/BA, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com o modelo de proposta (Modelo III), **atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.**
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos.
- 5.3.2.1.1 Os tributos, contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias devem ser cotados nos percentuais estabelecidos em legislação ou norma vigente, devendo o licitante prever em sua planilha de composição do preço todos os custos e benefícios fiscais inerentes ao objeto ou à atividade desempenhada, observando as particularidades tributárias de cada segmento.
- 5.3.2.1.2 Não podem ser incluídos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI (Benefícios e Despesas indiretas), seja como item específico da planilha orçamentária/composição do preço.
- 5.3.2.1.3 A empresa optante do Simples Nacional deve excluir do percentual da correspondente alíquota definida nos Anexos da LC 123/06 os percentuais relativos ao IRPJ e à CSLL.
- 5.3.2.1.4 Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a materiais ou instalações de sua propriedade, o licitante deve indicá-los.
- 5.3.2.1.5 Na definição do preço a ser proposto, em se tratando de MPE, a empresa deve considerar eventual elevação dos custos decorrentes de seu desenquadramento da situação de MPE nos termos da LC nº 123/2006, caso ocorra a extrapolação do faturamento que permite a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado durante a execução do contrato, uma vez que tal situação não configura motivo para reequilíbrio e/ou repactuação.
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos.
- 5.3.3 Valor do salário a ser pago a cada categoria profissional disponibilizada na prestação de serviços.
- 5.3.4 Valor do salário normativo de cada categoria profissional, se houver, com indicação do respectivo Sindicato de vinculação, bem como a data (dia/mês/ano) da Convenção Coletiva da categoria, em vigor.
- 5.3.5 Prazo de validade da proposta: não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;
- 5.3.6 Declaração da licitante de que:

- I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital.
- III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

5.3.7 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.

5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-M@il, a confirmação do recebimento da proposta.

5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.

5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada, conforme item 5.2.1.

## **6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7 abaixo.

6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 10 deste edital.

6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da Proposta Comercial (Modelo III) e da planilha de Composição de Preços (Modelo IV), conforme itens 5.3 e 6.10, com os valores adequados ao preço do melhor lance, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

a) condições dos itens 6.5 e subitens, e

b) compatibilidade do preço ofertado com os insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto desta licitação, acrescidos dos respectivos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios e despesas indiretas.

6.4.1 A proposta e a planilha de preços adequadas devem ser encaminhadas no prazo de até 24 (vinte quatro) horas a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.

**6.5 Será desclassificada a proposta que:**

- 6.5.1 não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 contenham vícios insanáveis;
- 6.5.3 apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 apresentem preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Poderá ser considerada manifestamente inexequível a proposta cujo valor seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores, caso o licitante não demonstre sua viabilidade:
  - a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CAIXA; ou
  - b) valor orçado pela CAIXA.
- 6.5.4.2 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 apresentem preços superiores aos valores estimados pela CAIXA;
- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, para cada uma das abas da planilha denominada “Anexo II - Proposta Comercial – Estimativa Caixa” (Parte I, Parte II e Parte III) e das abas “PSAA”, “SCE” e “Preço”, da Planilha denominada “APÊNDICE\_G\_PL\_COMP\_CUSTOS – Estimativa Caixa”, ambas disponibilizadas como anexos do edital.
  - 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que os preços global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela CAIXA, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.
  - 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.
- 6.5.6 apresente na planilha de composição de preços cotação de itens em desacordo com as condições estabelecidas no item 5.3 e subitens e no item 6.10, ressalvado o disposto no item 6.5.6.2;
- 6.5.6.1 No caso de eventuais divergências entre percentuais e valores informados na proposta comercial e na planilha de composição de preços (Modelos III e IV) e aqueles decorrentes da legislação ou norma específica e/ou ausências de provisão de valor, em razão de isenção ou benefício fiscal, o licitante deverá apresentar nota explicativa, bem como a documentação que comprove essa condição;
- 6.5.6.2 Havendo divergências, por erro material, entre percentuais e valores informados na planilha de composição de preços e aqueles estabelecidos em legislação ou norma vigente, a licitante poderá corrigir o item, compatibilizando-o com a legislação ou norma aplicável, mantido o preço vencedor.
- 6.5.7 indique salário a ser pago inferior ao salário normativo, se houver, da respectiva categoria profissional envolvida na prestação dos serviços;
- 6.5.8 apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.5.9 que apresente preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 6.5.10 apresente Proposta Comercial - Modelo III (Parte I, Parte II e Parte III) e/ou Planilha de

Composição de Preços - Modelo IV, cuja razão entre o Preço Variável (PPS+SCE) e o Preço Fixo (PMP+PMC+PMTV+PMPA+PLRD+PMUFV, quando houver) não obedeça ao ÍNDICE DE PROPORCIONALIDADE definido na aba “Preço” do “Apêndice G” da ESTIMATIVA DA CAIXA, tanto na ETAPA ANTERIOR QUANTO A POSTERIOR AOS LANCES, admitindo-se variação de no máximo 2 (dois) pontos percentuais acima ou abaixo do índice da CAIXA, atentando-se que o ÍNDICE DE PROPORCIONALIDADE da PROPOSTA APÓS O LANCE deverá ser exatamente IGUAL ao da PROPOSTA COMERCIAL INICIAL antes da fase de lance do Certame.

- 6.5.10.1 Não será admitido no ÍNDICE DE PROPORCIONALIDADE o fracionamento que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

#### **6.10 Da Planilha de Composição de Preços**

- 6.10.1 A Planilha de Composição de Preços (Modelo IV) deve ser obrigatoriamente apresentada pelo licitante detentor do menor preço, na forma dos itens 6.4 e 7.13, sob pena de desclassificação, preenchida e assinada pelo representante legal da empresa.
  - 6.10.1.1 Em todas as fases da licitação OS QUANTITATIVOS DOS ITENS de todas as planilhas, PSAA, SCE têm que ser IGUAL aos da ESTIMATIVA DA CAIXA, portanto, não será admitida qualquer alteração.
- 6.10.2 O licitante deverá efetuar as alterações que julgar necessárias, uma vez que a Planilha será utilizada para subsidiar o julgamento quanto à aceitabilidade da proposta, bem como para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução contratual, quando de eventuais repactuações ou reequilíbrios de preços, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, observadas as disposições do item 5.3.2 e subitens.
  - 6.10.2.1 Não é admitida a inclusão da “reserva técnica” como item da remuneração da mão-de-obra, ou a qualquer título, sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por esse item.
  - 6.10.2.2 Os custos com supervisão e fiscalização devem ser englobados nas despesas administrativas, não sendo permitida a sua inclusão em outro item da planilha.
  - 6.10.2.3 O Modelo IV deverá ser adaptado à sua natureza jurídica, objeto ou atividade desempenhada, observando-se as particularidades tributárias de cada segmento.
  - 6.10.2.4 O licitante deverá informar o seu regime de tributação, se é optante pelo regime do Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido.
  - 6.10.2.5 Deverá ser indicado o Sindicato de vinculação da categoria do local da prestação dos serviços



objeto da licitação considerado para a formulação da proposta, bem como a data (dia/mês/ano) da Convenção Coletiva utilizada para a composição salarial.

- 6.10.2.6 Nos serviços com regime de 12X36 horas não são devidos o pagamento em dobro pelo trabalho realizado em feriados e o adicional noturno nas prorrogações de trabalho noturno, exceto se previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou em contrato individual.
- 6.10.3 Na análise da Planilha de composição de preços os itens em branco, com valor zero ou valores irrisórios e/ou incompatíveis com as práticas de mercado serão desconsiderados como elementos de formação dos custos, observado o disposto no item 5.3.2 e subitens e, como consequência, não caberá negociação futura envolvendo tais itens; os efeitos financeiros negativos decorrentes dessa desconsideração terão que ser absorvidos pelos demais itens da Planilha, desde que não se configure a corrosão da exequibilidade da proposta, não podendo o Licitante alegar posteriormente desconhecimento de fatos existentes quando da elaboração da proposta ou erros no preenchimento da planilha como fundamento para solicitar a repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.
- 6.10.4 O Licitador poderá convocar o licitante para apresentar Nota Explicativa, detalhando a forma como foram calculados os custos, de forma a comprovar sua exequibilidade, cuja aceitação ficará condicionada à análise pelo Licitador e Equipe de Apoio, sobre a qual decidirá motivadamente.
- 6.10.4.1 Aceita a Nota Explicativa pelo Licitador, o licitante assume inteira responsabilidade pelos itens de composição do preço e seus valores, para todos os efeitos, não podendo alegar provisão deficitária ou omissão com vistas à repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, caso seja contratada.

## **7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO**

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 15 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 7.2.1 a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.2.2 no caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.2.3 os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexecutável, o preço incompatível ou lance manifestamente inexecutável poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema,

sendo encerrada a recepção de lances.

- 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
- 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
  - 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
    - 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade do licitante apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado que não se enquadra como MPE.
    - 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
      - 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
    - 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
    - 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
    - 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
  - 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
    - 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
    - 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço objeto dessa licitação, conforme abaixo:
      - I produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
      - II produzido ou prestado por empresas brasileiras;
      - III produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de

tecnologia no País;

- IV produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 No caso de obras e serviços de engenharia, o percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.
- 7.11.1 A aplicação do desconto linear sobre a Proposta Comercial (Modelo III), será verificada em cada item UNITÁRIO, MENSAL e GLOBAL das abas (Parte I, Parte II e Parte III) em TODAS AS SUAS COLUNAS, dentre elas, "MÃO-DE-OBRA", "MATERIAL", "PREÇO UNITÁRIO DO ITEM", "PREÇO TOTAL DO ITEM", bem como, em TODOS os itens da aba "PREÇOS" do Modelo IV.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) - acionar o botão "ENTRAR" → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro "MINHAS ATIVIDADES" → acionar o link → "EFETUAR NEGOCIAÇÃO".
- 7.13 Quando da negociação o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.9, a proposta comercial e a planilha de Composição de Preços com a descrição detalhada dos custos, observado o item 6.10, com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas, nos termos do subitem 6.5.5.1.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

## **8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO**

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- a) habilitação jurídica;
  - b) qualificação técnica;
  - c) qualificação econômico-financeira;
  - d) regularidade fiscal federal e trabalhista;
  - e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na área logada do Fornecedor, acesse o link "[Vincular Documentação de Habilitação](#)" e selecione o item desejado, acione o botão VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão CONFIRMAR. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.
- 8.1.2 As instruções também constam do "Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação" que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.

8.2 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal e Trabalhista:

**Nível I** – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

**Nível II** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.3 e subitens deste Edital.

**Nível III** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal e Trabalhista definida no item 8.4;

**Nível V** – o registro regular nesse nível supre as exigências de qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

**Nível VI** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.5 e subitens deste Edital.

8.2.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.2.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese daquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.9.

8.2.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta 'on line' no SICAF, opção "Situação do Fornecedor", depois de verificada a aceitabilidade da proposta.

8.2.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.3 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

8.3.1 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.3.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.3.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.4 A documentação relativa à **regularidade fiscal federal e trabalhista** consistirá em:

8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2 prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.

8.4.3 prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) caso não seja atendida pela Certidão

mencionada no item 8.4.2.

- 8.4.4 prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.4.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de consulta à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- 8.4.5.1 Caso seja apresentada à CAIXA, por licitante ou cidadão interessado, Certidão Positiva expedida posteriormente àquela apresentada quando da habilitação, será concedido ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.
- 8.4.6 O licitante que se declarar MPE, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.4.6.1 Será assegurado à MPE declarada vencedora, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para comprovar a sua regularidade fiscal.
- 8.5 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:
- 8.5.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.5.2 comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.5.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices econômicos registrados no referido Sistema.
- 8.5.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 2.301.903,65 (dois milhões, trezentos e um mil, novecentos e três reais e sessenta e cinco centavos).
- 8.5.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei:
- a) Patrimônio Líquido = Ativo Total – Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
- 8.5.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço do



licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

- 8.5.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, referidos nos itens 8.5.2 e 8.5.3, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.5.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.5.3.3.1 publicado em Diário Oficial; ou
- 8.5.3.3.2 publicado em jornal, ou
- 8.5.3.3.3 por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- 8.5.3.3.4 por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou
- 8.5.3.3.5 registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.
- 8.5.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.5.3.3.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.
- 8.5.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.
- 8.5.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.6 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a vinculação dos seguintes documentos:
- 8.6.1 **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**
- 8.6.1.1 Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA / CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, dentro do seu prazo de validade, onde constem os seus responsáveis técnicos, nas especialidades de **ENGENHEIRO CIVIL** (Art. 7º da Resolução 218 de 29 de junho de 1973), **ENGENHEIRO MECÂNICO** (Art. 12º da Resolução 218 de 29 de junho de 1973) e **ENGENHEIRO ELETRICISTA ELETROTÉCNICO e de TELECOMUNICAÇÕES** (Art. 8º e 9º, respectivamente, da Resolução 218 de 29 de junho de 1973), **ou titulação(ões) de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA equivalente(s)**.
- 8.6.1.2 Apresentação de atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) das(s) respectiva(s) ART ou CAT do responsável técnico que acompanhou o serviço, comprovando ter a licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividades pertinentes e compatíveis com as parcelas de maior relevância e valor significativo **EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS, EM IMÓVEIS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO**.
- 8.6.1.3 Para fins de comprovação da qualificação técnica relativa ao objeto deste Edital, entenda-se como **parcelas de maior relevância e valor significativo** aquelas afetas à prestação de serviços de manutenção de infraestrutura predial preventiva e corretiva, em regime contínuo, **EM IMÓVEIS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO** com os seguintes quantitativos mínimos:
- a) **ÁREA TOTAL MÍNIMA DE 23.000 m²**, correspondente ao máximo de 30% do somatório das áreas das unidades a serem mantidas, **com responsável técnico da respectiva**

**especialidade, detentor de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA;**

- b) Instalações elétricas com potência **DE CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 2.450 KVA, INCLUINDO SUBESTAÇÃO**, correspondente ao máximo de 30% do somatório das capacidades instaladas nas unidades a serem mantidas, **com responsável técnico da respectiva especialidade, detentor de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA;**
- c) Instalações de **cabeamento estruturado** com o mínimo de **1.650 PONTOS LÓGICOS, CATEGORIA 5e OU SUPERIOR**, correspondente ao máximo de 30% do somatório das capacidades instaladas nas unidades a serem mantidas, **com responsável técnico da respectiva especialidade, detentor de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA;** e
- d) Sistemas de climatização, incluindo do tipo **VRF e SELF CONTAINED OU SPLITÃO, CONTENDO CASA DE MÁQUINAS, REDE DE DUTOS E GRELHAS (OU DIFUSORES), EM REGIME CONTÍNUO, COM NO MÍNIMO DE 1.400 TR**, correspondente ao máximo de 30% do somatório das capacidades instaladas nas unidades a serem mantidas, **com responsável técnico da respectiva especialidade, detentor de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA.**

- 8.6.1.4 Poderá haver acúmulo de especialidades para profissionais que possuam mais de uma titulação.
- 8.6.1.5 A licitante poderá apresentar comprovantes distintos para cada uma das parcelas de maior relevância.
- 8.6.1.6 A licitante poderá somar os quantitativos dos atestados para a comprovação de uma mesma parcela desde que os serviços tenham sido executados simultaneamente.
- 8.6.1.7 Compreende-se como períodos simultâneos a execução dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em estabelecimentos distintos concomitantemente.
- 8.6.1.8 Compreende-se por regime contínuo a execução ininterrupta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva por período igual ou superior a 12 meses.
- 8.6.1.9 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante a seu favor ou a favor de profissionais vinculados à mesma.
- 8.6.1.10 A parcela da parcela da alínea “a” deve ser comprovada por profissional de ARQUITETURA ou ENGENHARIA CIVIL; as parcelas das alíneas “b” e “c” devem ser comprovadas por profissional de ENGENHARIA ELÉTRICA e a parcela da alínea “d” deve ser comprovada por profissional de ENGENHARIA MECÂNICA, conforme atribuições do CONFEA/CAU, ou titulação(ões) de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA equivalente(s).
- 8.6.1.11 Somente serão aceitas como aptas para comprovação da qualificação técnica as parcelas do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) que tenham sido executadas dentro das atribuições previstas nos normativos do CONFEA/CAU para os profissionais indicados como seus responsáveis técnicos.
- 8.6.1.12 Para participação no processo licitatório a empresa deve apresentar a Declaração de Disponibilização de Equipe, Modelo VII.

## **8.6.2 CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL**

- 8.6.2.1 Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ou CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que pertençam ao seu quadro permanente ou sejam contratados para o objeto desta licitação e que demonstrem a execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, **EM IMÓVEIS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO**, com as seguintes formações:
- 8.6.2.2 Engenharia Civil ou Arquitetura, e; Engenharia Elétrica, e; Engenharia Mecânica; ou outra(s)

titulação(ões) de nível superior equivalente(s), devidamente reconhecida(s) por entidade de classe, detentor(es) de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m):

- a) Apresentação, em papel timbrado, de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o **ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA** (atribuição Art. 8º da resolução n. 218/73 do CONFEA) ou titulação(ões) de **GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA** equivalente(s), desempenhando atividades de **MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, INCLUINDO SUBESTAÇÃO, EM REGIME CONTÍNUO, COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 800 KVA**, devidamente averbado(s) no CREA, acompanhada da respectiva CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, com assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela emissão do atestado técnico, informando a habilitação na profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA ou CAU, o nº no CREA ou CAU, e o nº do Registro Nacional do Profissional - RNP, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- b) Apresentação, em papel timbrado, de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o **ENGENHEIRO ELETRICISTA MODALIDADE ELETRÔNICO** (ATRIBUIÇÃO ART. 9º DA RESOLUÇÃO N. 218/73 DO CONFEA) **OU ENGENHEIRO ELETRICISTA MODALIDADE COMUNICAÇÃO OU ENGENHEIRO ELETRÔNICO** ou titulação(ões) de **GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA** equivalente(s), desempenhando atividades de **MANUTENÇÃO de cabeamento estruturado, com certificação, EM REGIME CONTÍNUO, com o mínimo de 550 PONTOS LÓGICOS, categoria 5e ou superior**, devidamente averbado(s) no CREA, acompanhada da respectiva CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, com assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela emissão do atestado técnico, informando a habilitação na profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA ou CAU, o nº no CREA ou CAU, e o nº do Registro Nacional do Profissional - RNP, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- c) Apresentação, em papel timbrado, de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o **ENGENHEIRO MECÂNICO** (atribuição 12º da resolução CONFEA 218/73), ou titulação(ões) de **GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA** equivalente(s), desempenhando atividades de **MANUTENÇÃO de sistemas de climatização, incluindo do tipo VRF e SELF CONTAINED OU SPLITÃO, CONTENDO CASA DE MÁQUINAS, REDE DE DUTOS E GRELHAS (OU DIFUSORES), EM REGIME CONTÍNUO, com no mínimo 450 TRs**, devidamente averbado(s) no CREA, acompanhada da respectiva CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, com assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela emissão do atestado técnico, informando a habilitação na profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA ou CAU, o nº no CREA ou CAU, e o nº do Registro Nacional do Profissional - RNP, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- d) Apresentação, em papel timbrado, de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o **ENGENHEIRO CIVIL OU ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO** (atribuição 7º da resolução CONFEA 218/73), ou titulação(ões) de **GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA** equivalente(s), desempenhando atividades de **MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL, EM REGIME CONTÍNUO, em imóveis com área total mínima de 7.650 m²**, devidamente averbado(s) no CREA, acompanhada da respectiva CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, com assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela emissão do atestado técnico, informando a habilitação na profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA ou CAU, o nº no CREA ou CAU, e o nº do Registro Nacional do Profissional - RNP, indicando as características,

quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

- 8.6.2.3 Poderá haver acúmulo de especialidades para profissionais que possuam mais de uma titulação.
- 8.6.2.4 A licitante poderá apresentar comprovantes distintos para cada uma das parcelas de maior relevância.
- 8.6.2.5 Serão considerados a soma de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) distintos relativos à parcela de maior relevância desde que estejam dentro de um período de até um ano - a qualquer época, não significa nos últimos 12 meses.
- 8.6.2.6 Compreende-se como períodos simultâneos a execução dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em estabelecimentos distintos concomitantemente.
- 8.6.2.7 Compreende-se por regime contínuo a execução ininterrupta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva por período igual ou superior a 12 meses.
- 8.6.2.8 No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no subitem acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.
- 8.6.2.9 Os profissionais cuja capacitação foi comprovada nos termos do item 8.6.2 deverão participar da execução do objeto contratual, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CAIXA.
- 8.6.2.10 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante a seu favor ou a favor de profissionais vinculados à mesma.
- 8.6.2.11 Somente serão aceitas como aptas para comprovação da qualificação técnica as parcelas do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) que tenham sido executadas dentro das atribuições previstas nos normativos do CONFEA/CAU para os profissionais indicados como seus responsáveis técnicos.
- 8.6.2.12 Apresentação dos documentos exigidos no item 4 do Apêndice E
- 8.6.3 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.6.4 Declaração de Vistoria à unidade objeto da obra / declaração de conhecimento de vistoria técnica (Modelo V), comprovando que efetuou vistoria no local de execução do serviço ou de conhecimento, a fim de verificar as condições técnicas e operacionais, quantidades, equipamentos e técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução da obra.
  - 8.6.4.1 Para efetuar a vistoria ao local de execução da obra, os licitantes deverão entrar em contato com a Centralizadora Regional de Logística e Ambiência Recife - CILOG/RE até 02 (dois) dias antes da Sessão Pública, pelo e-mail [cilogre01@caixa.gov.br](mailto:cilogre01@caixa.gov.br), a fim de agendar previamente data e horário para execução da referida vistoria. Esclarecimentos referentes ao agendamento das vistorias poderão ser obtidos através do e-mail [licitacoes.bu@caixa.gov.br](mailto:licitacoes.bu@caixa.gov.br).
- 8.6.5 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
  - 8.6.5.1 Os documentos citados no subitem 8.6 e seguintes acima, quando de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
    - 8.6.5.1.1 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos

do [Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).

- 8.7 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.7.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.
- 8.8 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.9 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.9.1 ou 8.9.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 24 (vinte quatro) horas a contar da solicitação do Licitador.
- 8.9.1 Para licitante credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
  - b) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
  - c) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
  - d) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (Modelo I);
  - e) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Modelo II);
  - f) Declaração de Conhecimento e Vistoria (Modelo V);
  - g) Declaração da Licitante sobre Destinação Ambientalmente Correta e Sustentável de Resíduos, Entulhos e Tratamento Correto de Materiais Resultantes do Processo Produtivo (Modelo VI);
  - h) Declaração de Disponibilização de Equipe (Modelo VII);
  - i) Compromisso de Contratação de Empresas Autorizadas por Fabricantes (Modelo VIII).
  - j) Declaração de Autenticidade (Modelo IX).
- 8.9.2 Para licitante NÃO credenciada e NÃO cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa a habilitação jurídica;
  - b) Documentação relativa a qualificação econômico-financeira;
  - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
  - d) Documentação relativa a regularidade fiscal;
  - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
  - f) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
  - g) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (Modelo I);
  - h) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Modelo II);
  - i) Declaração de Conhecimento e Vistoria (Modelo V);
  - j) Declaração da Licitante sobre Destinação Ambientalmente Correta e Sustentável de Resíduos, Entulhos e Tratamento Correto de Materiais Resultantes do Processo Produtivo (Modelo VI);
  - k) Declaração de Disponibilização de Equipe (Modelo VII);
  - l) Compromisso de Contratação de Empresas Autorizadas por Fabricantes (Modelo VIII).
  - m) Declaração de Autenticidade (Modelo IX).
- 8.9.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.9, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “NOTIFICAÇÕES”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, localizado na Área Logada do Fornecedor.
- 8.9.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “DOCUMENTAÇÃO”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.



- 8.9.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.9.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.
- 8.10 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Modelo IX - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE, assinado na forma do subitem 20.16.
- 8.10.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.10.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 20.16 ou por assinatura física.
- 8.10.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigi-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.10.2.2 Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

## **9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

- 9.1 Prosseguindo, o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.9.
- 9.1.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso a licitante vencedora seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.9.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br). Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.2 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 Prosseguindo, o Licitador efetuará a consulta 'on line' ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do Sistema, se for o caso.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.9.
- 9.3 É assegurado ao licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhá-lo atualizado, juntamente com a documentação na forma do item 8.9.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação pelo licitador.

- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório, após verificação da documentação de habilitação.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- a) ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
  - b) CNClA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – [www.cnj.jus.br/](http://www.cnj.jus.br/), em “Sistemas”, no item “CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa” e “Consulta Requerido / Condenação”, selecionar esfera “TODOS(AS)”;
  - c) SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.
- 9.7 Não será habilitada a empresa que:**
- 9.7.1 esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
- 9.7.2 não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.7.3 esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 9.7.4 deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.7.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.8 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.7, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação das demais proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até que um licitante atenda plenamente às exigências do Edital.
- 9.9 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

## **10 DOS RECURSOS**

- 10.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) – acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “INTENÇÃO DE RECURSO” → selecionar o botão “INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO” → inserir a descrição argumentos → clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos a partir da comunicação pelo sistema.
- 10.1.1 À recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar razões de recurso, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 10.1.
- 10.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “CONTRARRAZÃO”, registrar os argumentos e confirmar.
- 10.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 10.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Licitador autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 10.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 10.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
- 10.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação via Portal de Licitações CAIXA.

## **11 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

- 11.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 11.2 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Modelo X).
- 11.3 Fica impedida de ser contratada para a execução de serviço objeto desta licitação o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas nos itens 2.4 do edital.
- 11.4 O licitante que for declarado vencedor da licitação e que não for cadastrado no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis exigidos como

habilitação no edital, como condição para assinatura do contrato.

- 11.5 No ato da assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada ao final da minuta de Contrato (Anexo III).
- 11.6 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo VI).
- 11.7 A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
  - 11.7.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
    - 11.7.1.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pela adjudicatária.
    - 11.7.1.2 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA na forma do item 3.
  - 11.7.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 15 deste Edital.
- 11.8 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá retomar a Licitação CAIXA e convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação e observadas as preferências previstas neste Edital.
- 11.9 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
  - 11.9.1 Neste caso, será efetuada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 11.8.

## **12 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 12.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Modelo X) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

## **13 DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 13.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 13.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:
  - 13.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
    - 13.2.1.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.

- 13.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 13.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;
- 13.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;
- 13.2.2.3 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 13.2.2.4 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- 13.2.2.5 A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
- 13.2.2.6 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;
- 13.2.2.7 No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
- 13.2.2.8 A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- 13.2.2.9 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- 13.2.2.10 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 13.2.2.11 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 13.2.2.2.
- 13.2.2.12 Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
  - b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
  - c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
  - d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
  - e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.
- 13.2.2.13 Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos



os documentos a seguir relacionados:

- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

13.2.2.14 A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

13.2.2.15 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

13.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

13.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária apresentada em papel timbrado da instituição financeira emissora e que possua todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos), caso o registro seja feito pela via eletrônica, deve-se verificar a autenticidade do documento pela chave de acesso apresentada;
- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 13.6 deste Edital;
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- h) subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas "c", "d", "f" e "g" acima.

13.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.

13.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

13.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á

de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

13.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

13.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

## **14 DA FORMA DE PAGAMENTO**

14.1 A CAIXA, após a execução dos serviços e o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Modelo X).

## **15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos estabelecidos na minuta de Contrato (Modelo X):

I multa;

II suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

15.1.1 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de contrato e no Anexo I – Termo de Referência.

15.1.2 A CONTRATADA ficará sujeita a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas no Contrato (Modelo X).

15.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII Não mantiver a proposta;
- IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

15.3 As sanções previstas nos incisos I e II do subitem 15.1 poderão ser aplicadas concomitantemente.

15.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

15.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

## **16 DOS ILÍCITOS PENAI**

- 16.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

## **17 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 17.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento orçamentário nº 8000039382.

## **18 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**

- 18.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 18.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **19 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 19.1 O contrato a ser firmado terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da Contratada, por períodos sucessivos, até o limite permitido na Lei nº 13.303/2016.
- 19.1.1 O interesse da CONTRATADA na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, 240 (duzentos e quarenta) dias de antecedência do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

## **20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 20.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 20.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 20.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 20.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 20.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 20.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT/BU, em Bauru/SP.
- 20.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a

promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

- 20.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da Licitação CAIXA.
- 20.10 No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 20.10.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 20.11 Os esclarecimentos acerca desta licitação serão disponibilizados no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), no quadro **"Painel Geral"**, selecionar o número do certame desejado e clicar na aba **"Pedidos de Esclarecimento"**.
- 20.12 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico mencionado no item 20.11.
- 20.13 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 20.14 Os riscos inerentes à CONTRATADA e à CONTRATANTE quando da execução do contrato estão previstas no Anexo II – Matriz de Riscos, o qual constitui parte integrante deste edital e do contrato.
- 20.14.1 A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do presente contrato, conforme estabelecido na Matriz de Riscos, exceto quando estiver definido expressamente a responsabilidade da CONTRATANTE.
- 20.14.2 A Matriz de Riscos estabelece a probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro, que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra, incluindo prejuízo econômico.
- 20.15 A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial do contrato, com a anuência prévia e por escrito da CAIXA, limitada a subcontratação para os serviços de:
- a) Grupo Moto Gerador (GMG);
  - b) Equipamentos específicos de Climatização, tais como os de tecnologia VRF Chiller e Ar-Condicionado de Precisão;
  - c) Equipamentos de Transporte Vertical – Elevadores e Plataformas Elevatórias;
  - d) Equipamentos de Detecção e Combate a Incêndio;
  - e) Limpeza de Rede de Dutos e seus Acessórios; e
  - f) Manutenção de Usina Fotovoltaica.
- 20.15.1 Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da CAIXA, a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica, nos mesmos limites exigidos do licitante no item que trata de habilitação.
- 20.15.1.1 A CAIXA verificará a regularidade da subcontratada em relação aos impedimentos de licitar e contratar, não sendo admitida a subcontratação no caso de impedimento, conforme item 9.5.
- 20.15.1.2 A subcontratada deve emitir declaração informando não se enquadrar nas hipóteses previstas no item 2.4 e subitens.
- 20.15.2 No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual.
- 20.16 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para

participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

- 20.16.1 A assinatura eletrônica dos documentos tratada no item anterior, deverá ser realizada pela(s) pessoa(s) física(s), representante(s) legal(is) da empresa ou por procurador com poderes expressos para tanto.
- 20.16.2 Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

## **21 DO FORO**

- 21.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de São Paulo, na cidade de Bauru.

Bauru, maio de 2025.

Jorge Medeiros Junior  
Licitador  
CN – Contratações



MODELO I

DECLARAÇÃO DE MPE

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na Licitação CAIXA nº. 0021/2025, que:

- se enquadra na condição de ..... (a licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI), nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte] ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [Quando for microempreendedor individual - MEI], e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/CPF

**Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante (assinar, preferencialmente, nos moldes estabelecidos no item 20.16).**

## MODELO II

### **TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para fins de participação do Edital da Licitação CAIXA nº **0021/2025**, declara estar:

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o artigo 299 e artigos 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;
6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;
8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;
9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

-----  
[ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

**Obs.: Este termo deverá ser apresentado em papel timbrado da licitante (assinar, preferencialmente, nos moldes estabelecidos no item 20.16).**



### MODELO III

#### PROPOSTA COMERCIAL

Deverá ser preenchido integralmente o Modelo III, disponibilizado juntamente com o Edital, contendo Parte I, II e III ( três abas da planilha).

**Obs.: o documento deverá ser apresentado assinado, preferencialmente, nos moldes estabelecidos no item 20.16.**

### MODELO IV

#### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

Deverá ser preenchido integralmente o Modelo IV, disponibilizado juntamente com o Edital.

O licitante detentor do melhor preço deverá apresentar a planilha de composição do preço ofertado observando as orientações que constam do Edital, especialmente nos itens 5 e 6.10.

O licitante deverá informar o seu regime de tributação, se é optante pelo regime do Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido.

**Obs.: o documento deverá ser apresentado assinado, preferencialmente, nos moldes estabelecidos no item 20.16.**

MODELO V

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E VISTORIA**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,  
representante legal da empresa \_\_\_\_\_ [Inserir nome da empresa],  
inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO sob as penalidades cabíveis, ter conhecimento  
de todos os equipamentos (marcas e modelos dos equipamentos instalados) e das instalações das unidades  
relativos ao objeto desta licitação 0021/2025, bem como das condições atuais dos equipamentos e  
instalações, tendo sido facultada oportunidade de vistoria às unidades contempladas no presente certame,  
de modo que pudesse ser verificada alguma informação julgada relevante para a perfeita execução do  
contrato.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/CPF

**Obs1.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante (assinar, preferencialmente, nos moldes estabelecidos no item 20.16).**

**Obs2.: Deverão ser informadas à CAIXA eventuais divergências nas especificações e condições atuais dos equipamentos.**

## MODELO VI

### **DECLARAÇÃO DA LICITANTE SOBRE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE CORRETA E SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS, ENTULHOS E TRATAMENTO CORRETO DE MATERIAIS RESULTANTES DO PROCESSO PRODUTIVO**

A CAIXA adota a política de responsabilidade socioambiental no seu relacionamento com a sociedade e o mercado fornecedor, especialmente, nas ações destinadas a aquisição de bens de serviços e na destinação de resíduos, oriundos da atividade operacional.

Assim, a CAIXA exige dos licitantes, em seus procedimentos licitatórios, compromisso no sentido de que estejam alinhados a esta política da Empresa, de modo que a futura contratada assuma encargos e responsabilidades na execução do contrato, tais como: implementação de ações corretas, socialmente sustentáveis, no descarte de resíduos relacionados a: entulhos, fios e cabos elétricos, resíduos de obras civis e objetos substituídos; práticas corretas de limpeza dos ambientes objeto de intervenção; destinação sustentável de todos os materiais e restos de obras inservíveis à Administração, com atenção especial na destinação/descarte daqueles materiais/resíduos que possuem na sua composição/elaboração substâncias tóxicas ou nocivas ao meio ambiente, tais como: resíduos de lâmpadas, baterias de 'no break' e GMG, isolantes (lã de vidro, lã de rocha, isopor e outros, fios e cabos elétricos, gases refrigerantes, óleos (lubrificante e combustível) e resíduos de obras civis.

Desse modo, requer de seus licitantes/contratados conduta compatível com práticas sustentáveis, como:

- Atenção na destinação/tratamento de materiais/resíduos de modo geral, e em especial, daqueles materiais/resíduos inservíveis que possuem na sua elaboração substâncias tóxicas ou nocivas ao meio ambiente; visando, com isso, contribuir para um meio ambiente ecologicamente sustentável;
- Consciência de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida social e política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Determinação na propagação de boas práticas de sustentabilidade ambiental, que possam contribuir para o bem estar da sociedade e das gerações futuras;
- Eliminação/erradicação de práticas ilegais, imorais e antiéticas no seio da Administração, de modo que os agentes econômicos socialmente responsáveis possam envolver, em tais iniciativas, um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Nesse sentido, e sob as penas da lei, em especial do Art. 299 do Código Penal Brasileiro, se compromete a adotar práticas sustentáveis na prestação de serviços, com destinação ambientalmente correta para materiais inservíveis/resíduos em geral, decorrentes do processo produtivo; bem como firmar mensalmente declaração de descarte sustentável de resíduos, consoante anexo do Contrato a ser firmado.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/CPF

**Obs1.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante (assinar, preferencialmente, nos moldes estabelecidos no item 20.16).**



## MODELO VII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPE

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_ [Inserir nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO sob as penalidades da lei, para fins de participação na Licitação CAIXA nº 0021/2025, que serão disponibilizados qualitativa e quantitativamente os profissionais com as habilitações exigidas no **APENDICE E – Equipe de Atendimento e Qualificação Profissional**, deste Edital, **atentando-se quanto a obrigatoriedade do quantitativo mínimo de horas de profissionais disponibilizados, por especialidade, constantes no dimensionamento da equipe no APÊNDICE G – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, aba MO.**

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/CPF

**Obs1.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante (assinar, preferencialmente, nos moldes estabelecidos no item 20.16).**

**MODELO VIII****COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS AUTORIZADAS POR FABRICANTES**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_ [Inserir nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO sob as penalidades da lei, que num prazo máximo de 15 dias após assinatura do contrato com a CAIXA, apresentaremos cópia(s) integral(ais) do(s) contrato(s) de manutenção preventiva/corretiva que será(ão) firmado(s) com as empresas especializadas/autorizadas pelos fabricantes (conforme solicitado) de I) Grupo Moto Gerador (GMG); II) Equipamentos específicos de Climatização, tais como os de tecnologia VRF, Ar-Condicionado de Precisão e Chiller; III) Equipamentos de Transporte Vertical - elevadores e plataformas elevatórias; IV) Equipamentos de Detecção e Combate a Incêndio; V) Limpeza de Rede de Dutos e seus Acessórios; VI) Estabilizadores, UPS (No Break), e; VII) Manutenção de Usina Fotovoltaica. Declaramos, ainda, que já mantivemos contato com as empresas abaixo, obtendo delas orçamento:

**1) Grupo Moto Gerador (GMG)**

MARCA \_\_\_\_\_  
(Nome da empresa / contato / telefone)

**2) Equipamentos específicos de Climatização, tais como os de tecnologia VRF, Ar-Condicionado de Precisão e Chiller**

MARCA \_\_\_\_\_  
(Nome da empresa / contato / telefone)

**3) Equipamentos de Transporte Vertical - elevadores e plataformas elevatórias**

MARCA \_\_\_\_\_  
(Nome da empresa / contato / telefone)

**4) Equipamentos de Detecção e Combate a Incêndio**

MARCA \_\_\_\_\_  
(Nome da empresa / contato / telefone)

**5) Limpeza de Rede de Dutos e seus Acessórios**

MARCA \_\_\_\_\_  
(Nome da empresa / contato / telefone)

**6) Estabilizadores, UPS (No Break)**

MARCA \_\_\_\_\_  
(Nome da empresa / contato / telefone)

**7) Manutenção de Usina Fotovoltaica**

MARCA \_\_\_\_\_  
(Nome da empresa / contato / telefone)

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/CPF

**Obs1.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante (assinar, preferencialmente, nos moldes estabelecidos no item 20.16).**

**MODELO IX****DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_ [Inserir nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para a Licitação CAIXA nº. **0021/2025**, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

**Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados****a) Proposta e Planilha (se for o caso);**

☐ Proposta Comercial, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)

☐ Planilha Orçamentária, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)

**b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;**

☐ Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº \_\_\_\_\_, datado de \_\_\_\_\_;

**c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista;** (Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))

☐ Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

☐ CND FGTS

☐ CND Trabalhista

**d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;**

☐ Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

☐ Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

**e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;** (identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)

☐ Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

☐ Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

☐ Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

**f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital;** (elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)

☐ \_\_\_\_\_

☐ \_\_\_\_\_

☐ \_\_\_\_\_

☐ \_\_\_\_\_

☐ \_\_\_\_\_

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

*“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*[...]*

*II – autenticação de cópia de documento, [...]*

*[...]*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”*

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).

## MODELO X

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº [REDACTED], PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL, COMPREENDENDO TODAS AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES CIVIS, ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO, CABEAMENTO ESTRUTURADO, SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE VERTICAL, PORTAS AUTOMATIZADAS, LIMPEZA DE REDE DE DUTOS E COMPONENTES E MANUTENÇÃO DE USINAS FOTOVOLTAICAS, INCLUINDO TODOS OS INSUMOS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS, COM O OBJETIVO DE GARANTIR A CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE FORMA INTEGRADA E CONJUNTA; VISANDO ATENDER ÀS UNIDADES DA CAIXA VINCULADAS A SR SALVADOR/BA, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA [REDACTED].

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT, em Brasília, CNPJ (MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo [REDACTED], CPF: [REDACTED], nos termos do substabelecimento datado de [REDACTED], Terceiro Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Bauru/SP, pg. [REDACTED] do livro de notas n. [REDACTED], daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa [REDACTED], inscrita no CNPJ (MF) sob o nº [REDACTED], com sede na [REDACTED], neste ato representada por [REDACTED], CPF [REDACTED] e [REDACTED], CPF [REDACTED] doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização de [REDACTED], conforme [REDACTED], de [REDACTED], constante do **Processo Administrativo nº 5688.01.0067.0/2025**, têm justo e contratada a prestação dos serviços objeto deste instrumento, vinculada ao edital da **Licitação CAIXA nº 0021/2025** e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado, bem como às cláusulas e condições que se seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção de infraestrutura predial, compreendendo todas as atividades de manutenção de instalações civis, elétricas, hidráulicas, instalações de combate a incêndio, cabeamento estruturado, sistemas de climatização e ventilação, equipamentos de transporte vertical, portas automatizadas, limpeza de rede de dutos e componentes e manutenção de usinas fotovoltaicas, incluindo todos os insumos, peças de reposição e demais materiais necessários, com o objetivo de garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de forma integrada e conjunta; visando atender às unidades da CAIXA vinculadas a SR SALVADOR/BA, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis e ainda, de acordo com o Edital, respectivos anexos e proposta que integram este contrato.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 43 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



**Parágrafo Único** - A especificação pormenorizada do objeto contratado, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I e seus respectivos apêndices, que integram e complementam este contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas neste contrato e anexos:

I Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CAIXA e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;

II Recrutar e contratar a mão de obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;

III Manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato;

IV Conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que os mesmos atingem o nível de adequação descrito pela CAIXA, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;

V Substituir os empregados, nos casos de falta, ausência legal, férias, bem como nos casos em que a conduta do prestador seja considerada inconveniente pela CAIXA, de modo que os serviços não sejam descontinuados nos horários/períodos estabelecidos;

VI Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;

VII Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;

VIII Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;

IX Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 44 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



- X Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar à CAIXA, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência do documento fiscal;
- XI Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;
- XII Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;
- XIII Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- XIV Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;
- XV Atender às solicitações da CAIXA para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno contratado, cabendo à CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;
- XVI Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- XVII Fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;
- XVIII Informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF/MF dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;
- XIX Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA;
- XX Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 45 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



XXI Obedecer as normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XXII Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

XXIII Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;

XXIV Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;

XXV Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

XXVI Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar "e-mail", sendo vedada a utilização da conta de "e-mail" da CAIXA;

XXVII Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto contratado, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XXVIII Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;

XXIX Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XXX Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIII Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

**Contrato** [REDACTED]

**Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 46 de 99**

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

XXXIV Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.

XXXV Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

XXXVI Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.

XXXVII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.

XXXVIII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na Centralizadora Regional de Logística e Ambiência Recife - CILOG/RE, localizada no endereço: Rua Vinte e Quatro de Agosto, 209, 3º andar, Santo Amaro, CEP 50.040-190, Recife/PE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.

XXXIX Aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA, inclusive transferência da posição contratual para terceiros, quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA ou eventual instituição de transição ou para um adquirente definitivo, garantindo a continuidade da prestação do serviço até o final do contrato.

XL Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.

XLI Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

XLII Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Quinta.

XLIII Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba "Downloads", no link "A CAIXA – Governança Corporativa"), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 47 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA.

IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

I Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;

II Notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, oportunizando justificativa;

III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato

IV Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

V Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

**Parágrafo Único** - No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 48 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.





III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):

- a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
- b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
- c) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
- d) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
- e) Utilização de fontes renováveis de energia;
- f) Gestão adequada de resíduos.

IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.

V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.

a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.

VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.

VIII Autorizar a CAIXA ou empresas contratadas pela CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.

IX Aplicar treinamento anual para seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, podendo para isso utilizar material de referência fornecido pela CAIXA e apresentar a respectiva Declaração de Treinamento dos Empregados, anexo ao contrato, comprovando a conclusão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a partir da assinatura do contrato.

a) Caso a CONTRATADA tenha realizado cursos com temática similar, poderá ser apresentada evidência comprobatória (certificado, declaração ou documento equivalente), no mesmo prazo, sendo a carga horária mínima exigida de 05 (cinco) horas.

b) A capacitação dos empregados deverá ocorrer a cada anualidade do contrato, durante a jornada de trabalho dos empregados.

X Promover atividades periódicas relacionadas às normas e rotinas da segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e de segurança a serem observadas, de maneira a fomentar um

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 49 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



ambiente de trabalho saudável e seguro para os seus colaboradores, implementando, inclusive, ações de Saúde e Qualidade de Vida para os empregados.

a) A cada anualidade do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.

XI Instituir e manter programa de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

a) A cada anualidade do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato.

XII Observar, no que couber, a Lei N° 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na execução dos serviços.

XIII Apresentar o Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos de suas atividades, comprovando o pleno atendimento à legislação específica sobre a matéria, Lei 12.305/2010 e Decreto 10.936/2022.

XIV Apresentar, ao final de cada anualidade do contrato, evidências que comprovem as implementações e melhorias estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Redução, Reutilização, Reciclagem e Destinação Adequada de Resíduos, aprovado pela autoridade municipal, estadual ou distrital competente.

XV Desenvolver política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa.

XVI Estruturar e implementar, sempre que possível, sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

XVII A CONTRATADA se obriga a zelar pelo patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial do país devendo, quando houver a implantação de empreendimentos e/ou atividades que impactem, direta ou indiretamente, nos bens culturais acautelados e protegidos por lei, realizar o procedimento de licenciamento ambiental junto ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e demais órgãos competentes sobre a matéria.

a) A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de autorização da esfera de governo encarregada pela proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela CAIXA, na forma da legislação aplicável, conforme determinado no Anexo I – Termo de Referência.

XVIII Elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução CONAMA n° 307/2002, de 05/07/2002 e alterações.

XIX Realizar consulta formal ao órgão competente acerca da existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil da região e respectivas exigências para a elaboração, aprovação e implementação do PGRCC.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA N° 0021/2025 - CECOT - fls. 50 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

a) A inexistência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou de Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil da região não dispensará a CONTRATADA de elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) referente aos serviços objeto deste Contrato, com base no Conteúdo Mínimo e nas Etapas estabelecidos respectivamente no art. 21, da Lei nº 12.305, de 2.8.2010 e nº art. 9º, da Resolução CONAMA Nº 307, DE 5.7.2002.

XX Submeter o PGRCC à aprovação da autoridade estadual ou municipal ou distrital competente, e deverá apresentar cópia dos respectivos protocolos à fiscalização da CAIXA.

XXI Separar, acondicionar, classificar e dar destinação adequada para os resíduos sólidos decorrentes dos serviços realizados, bem como realizar o controle documental dessas etapas, de modo a apresentar à FISCALIZAÇÃO os comprovantes de descartes, conforme o tipo de resíduo e segundo as NORMAS ABNT/NBR nº 10.004/2004 e nº 15.112/2004.

XXII Implementar a logística reversa na aquisição de pilhas e baterias, cabendo ao fornecedor o recolhimento do material, conforme disposto na Lei nº. 12.305/10.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E SUA REVISÃO**

Pela perfeita prestação dos serviços objeto deste contrato e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA o valor referente aos serviços efetivamente executados e atestados, conforme preços constantes da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, sendo estimados o valor mensal de R\$ [REDACTED], perfazendo o valor global de R\$ [REDACTED], pelo período de vigência do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – É admitida a revisão dos preços deste Contrato, mediante negociação entre as partes, adotando-se como parâmetro os preços praticados no mercado, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

I O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira revisão será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, caso em que o termo inicial é a data-base do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente, que serviu de base à confecção da proposta apresentada.

II Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a revisão de preços poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas envolvidas na prestação dos serviços, admitindo-se uma única revisão de preços a ser realizada no interregno mínimo de um ano.

III Nesse caso, a anualidade para as próximas revisões será computada da última data-base objeto da revisão anterior, desde que respeitado o intervalo mínimo de um ano.

IV Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou de insumos definidos pelo poder público, serão revistos com base nos respectivos instrumentos legais, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos, respeitando a anualidade, desde que devidamente demonstrados em memória de cálculo na apresentação da última proposta homologada na licitação.

V Quando da solicitação de revisão, a CONTRATADA deve apresentar a convenção ou acordo coletivo de trabalho devidamente registrado no MTE, sentença normativa ou de insumos definidos pelo poder público, e sinalizar os índices contratuais para reajuste dos demais insumos, vedada a inclusão de insumos e benefícios existentes na data da formulação da proposta, necessários para a execução dos serviços, mas não previstos originariamente.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 51 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

VI Após o primeiro ano de vigência do contrato, os itens “aviso prévio trabalhado e indenizado” serão ajustados na planilha de composição de custos, para garantir a provisão equivalente a 10% (dez por cento) do percentual pago no primeiro ano de contrato, em conformidade com a Lei 12.506/2011.

**Parágrafo Segundo** – É admitido o reajuste dos custos de insumos e materiais decorrentes de preço de mercado, sujeito à negociação, pela variação do **INCC-DI** para a região do estado da Bahia, ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para a prestação do serviço, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, devendo ser feito em conjunto com a revisão dos preços do contrato.

I O intervalo mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data da última proposta homologada na licitação.

II Se na primeira revisão a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste integral conforme definido no item anterior, o repasse do índice ocorrerá de forma proporcional aos meses decorridos.

III Para os reajustes subsequentes, o índice a ser aplicado será a variação apurada dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do direito à revisão de preços.

IV Em nenhuma hipótese será permitida a majoração superior ao índice do caput, sendo, portanto, o limitador do reajuste.

**Parágrafo Terceiro** – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**Parágrafo Quarto** – A revisão deverá ser solicitada dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito. Caso seja solicitada em prazo superior, os efeitos financeiros da revisão solicitada serão contados a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusivamente responsável pela ausência de solicitação no período determinado.

**Parágrafo Quinto** – Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de revisão dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito à revisão de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.

I Não ocorrendo o registro do Acordo ou Convenção Coletiva na DRT antes da data da assinatura do aditamento de prorrogação do contrato, é assegurado à Contratada o direito ao pedido a partir da efetivação do registro, com efeitos a partir da data-base, desde que, a pedido da CONTRATADA, haja ressalva no termo de prorrogação.

**Parágrafo Sexto** – Ocorrerá a preclusão do direito a revisão caso o contrato seja extinto sem que tenha sido formalizado pedido durante a sua vigência.

**Parágrafo Sétimo** – A variação do valor contratual decorrente de repactuação de preços pode ser realizada por meio de apostilamento nas hipóteses em que decorrer de aplicação de critérios objetivamente descritos no contrato, excluída qualquer hipótese em que a análise de itens da planilha for exigida.

**Parágrafo Oitavo** – A CONTRATADA pode interpor recurso administrativo, sem efeito suspensivo, sobre os cálculos efetuados pela CAIXA para a concessão da revisão de preços.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 12º (décimo segundo) dia útil, do mês

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 52 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



subseqüente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em Agência da CAIXA.

**Parágrafo Primeiro** - O correspondente documento fiscal deve ser apresentado à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subseqüente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura, cabendo à contratada emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

I Quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentado no 1º dia útil subseqüente.

**Parágrafo Segundo** - O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo e apresentar juntamente:

I a identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;

II descrição de todos os serviços/itens que compõem a respectiva nota fiscal/fatura de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

**Parágrafo Terceiro** - O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

**Parágrafo Quarto** - A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

**Parágrafo Quinto** - Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantos documentos fiscais forem necessários, independentemente de a CONTRATADA estar ou não nele estabelecida e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

**Parágrafo Sexto** - Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

**Parágrafo Sétimo** - A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal e trabalhista, bem como da regularidade com

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 53 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

**Parágrafo Oitavo** - A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Nono** - Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

**Parágrafo Décimo** - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGP-M2) \times \dots (1 + IGP-M-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato terá a duração de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar de [REDACTED], podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº. 13.303/2016.

**Parágrafo Primeiro** – O interesse da CONTRATADA na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, 240 (duzentos e quarenta) dias de antecedência do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

**Parágrafo Segundo** – A prorrogação dar-se-á por apostilamento, quando houver manifestação formal e expressa da CONTRATADA e não houver alteração das demais disposições contratuais, dispensando-se a assinatura da CONTRATADA. Caso a prorrogação esteja acompanhada de alterações contratuais que impliquem modificação das obrigações pactuadas, tais ajustes serão formalizados por meio de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução deste contrato caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

**Parágrafo Segundo** - A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 54 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RESSARCIMENTO**

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Terceiro** – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGP-M2) \times \dots (1 + IGP-M-n)$ , onde:

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

**Parágrafo Quarto** - Caso o acumulado dos índices de correção monetária seja negativo (deflação) para o período referenciado, esse não deverá ser considerado no cálculo de atualização, prevalecendo o valor nominal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

I Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

II As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ ■■■, que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

I Caução em dinheiro;

II Seguro-garantia

III Fiança bancária

Contrato ■■■■■

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 55 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



**Parágrafo Primeiro** - A **caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

I Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

**Parágrafo Segundo** - O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

**Parágrafo Terceiro** - A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 (trinta) dias após a última data de vencimento do contrato;

I O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

a) No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

II A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

III A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

IV A apólice não deverá estabelecer/impor prazo máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;

V No caso de alterações efetuadas no objeto principal bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;

VI A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;

VII Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.

VIII A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**Parágrafo Quarto** - Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 56 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



- I Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- II Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- III Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- IV Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- V Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

**Parágrafo Quinto** - Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- I Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- II Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- III Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- IV Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

**Parágrafo Sexto** - A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

**Parágrafo Sétimo** - A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

**Parágrafo Oitavo** - A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

**Parágrafo Nono** - Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- I Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- II Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias;
- III Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- IV Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- V Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual;

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 57 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

VI Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

VII Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

VIII O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “III”, “IV”, “VI” e “VII” acima.

**Parágrafo Décimo** - A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Décimo Segundo** - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido no item II do Parágrafo Nono acima.

**Parágrafo Décimo Quarto** - A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

I a substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

**Parágrafo Décimo Quinto** - Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções além das situações previstas no Termo de Referência, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I Multa;

II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**Parágrafo Primeiro** - A multa será aplicada nas situações e percentuais descritos no Anexo I – Termo de Referência, que integra este contrato, e também nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

I Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 2% (dois por cento) do faturamento mensal;

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 58 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

- II Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 2% (dois por cento) do faturamento mensal;
- III Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, limitado a 2% (dois por cento) do faturamento mensal;
- IV Pela não realização de atividades periódicas relacionadas à segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e segurança, a partir do 6º (sexto) mês de vigência do contrato: multa de 2% (dois por cento) do faturamento mensal;
- V Pela não realização de ações de sensibilização sobre a temática combate à discriminação no trabalho e à não utilização de práticas de assédio moral ou sexual, a partir do 6º (sexto) mês de vigência do contrato: multa de 2% (dois por cento) do faturamento mensal;
- VI Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre as ações de logística inversa e reversa assim como incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, a partir do 6º (sexto) mês de vigência do contrato: multa de 2% (dois por cento) do faturamento mensal;
- VII Pelo atraso na apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) aprovado pela autoridade competente, a partir do 6º (sexto) mês de vigência do contrato: multa de 2% (dois por cento) do faturamento mensal;

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Terceiro** - A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII Não mantiver a proposta;
- IX. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 59 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

XI Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;

XII Não comprovar a realização de logística inversa e reversa;

XIII Não apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) aprovado pela autoridade estadual, municipal ou distrital competente;

**Parágrafo Quarto** - As sanções previstas nos incisos I e II do caput desta cláusula poderão ser aplicadas concomitantemente.

**Parágrafo Quinto** - As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**Parágrafo Sexto** - As penalidades serão devidamente publicadas no DOU e lançadas no sistema CGU-PJ, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

**Parágrafo Sétimo** - A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A rescisão do contrato se dá:

I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;

II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.

III Por determinação judicial.

**Parágrafo Primeiro** - Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

V Inobservância da vedação ao nepotismo;

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 60 de 99



VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.

VII Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

**Parágrafo Segundo** - A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

**Parágrafo Terceiro** - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**Parágrafo Quarto** - Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

**Parágrafo Quinto** - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento orçamentário nº 8000039382.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MATRIZ DE RISCOS**

A Matriz de riscos definida no Anexo II deste contrato tem o objetivo de estabelecer os riscos assumidos pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA na execução do contrato.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do presente contrato, conforme estabelecido na Matriz de Riscos, exceto quando estiver definido expressamente a responsabilidade da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** - Os casos omissos serão objeto de análise pautada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo, conforme caso concreto.

**Parágrafo Terceiro** – A Matriz de Riscos estabelece a probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro, que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra, incluindo prejuízo econômico.

**Parágrafo Quarto** – Considera-se mantido o equilíbrio-financeiro do contrato quando atendidas as suas condições e mantidas as disposições da Matriz de Riscos, somente sendo possível a CONTRATADA solicitar a recomposição do equilíbrio econômico financeiro quando sua responsabilidade for excluída na Matriz de Riscos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial deste contrato, nos limites e condições estabelecidos no item “Disposições Finais” do edital;

**Parágrafo Único** – No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 61 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº. 13.303/2016;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I É facultado a alocação de empregados portadores de deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.
- II A CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;
- III Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- IV É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da área da CAIXA responsável pela operação pretendida;
- V Nos casos de utilização deste contrato como garantia para concessão de crédito ou formalização de negócio para a CONTRATADA junto à CAIXA, a autorização caberá à área negocial responsável pelas tratativas;
- VI Na cessão de créditos para outras instituições financeiras, que não a CAIXA, a autorização caberá à área gestora do contrato;
- VII O pagamento de salários, benefícios e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e sociais, referentes aos empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como multas e ressarcimentos por prejuízos sofridos pela CAIXA terão preferência sobre a cessão dos créditos;
- VIII A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 62 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



IX No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.

X É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

XI A assinatura eletrônica dos documentos tratada no item anterior, deverá ser realizada pela(s) pessoa(s) física(s), representante(s) legal(is) da empresa ou por procurador com poderes expressos para tanto.

XII A assinatura digital é válida para o documento todo, isto é, para o instrumento contratual e seus anexos, desde que tenham sido remetidos em um mesmo documento para serem assinados.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ARBITRAGEM**

A CAIXA e a CONTRATADA poderão utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis inerentes a este contrato, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal da cidade de Bauru/SP.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

Bauru, [REDACTED] de [REDACTED].

---

#### **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Nome: [REDACTED]  
CPF(MF): [REDACTED]

---

[REDACTED]  
Rep Legal: [REDACTED]  
CPF(MF): [REDACTED]

---

[REDACTED]  
Rep Legal: [REDACTED]  
CPF(MF): [REDACTED]

Contrato [REDACTED]  
Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 63 de 99

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de ambientes, compreendendo toda a infraestrutura, tais como instalações civis, elétricas, hidráulicas, cabeamento estruturado, prevenção e combate a incêndio, sistemas de climatização e ventilação, equipamentos de transporte vertical, portas automatizadas, limpeza de rede de dutos e componentes e manutenção de usina fotovoltaica, com reposição e substituição de peças e a execução de serviço sob demanda, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços de forma integrada e conjunta em unidades da CAIXA no ESTADO da BAHIA, vinculadas à SR SALVADOR, com POLO OPERACIONAL na cidade de SALVADOR/BA.

1.2 As características e especificidades do objeto a ser contratado encontram-se relacionadas no corpo deste Termo de Referência e nos APÊNDICES, denominados de A à J, com os serviços a serem executados e suas características; a forma de execução; locais de operação; quantidade e a qualificação; horários de atendimento; e todas as demais obrigações da CONTRATADA.

1.3 Prazo de execução do contrato: 24 (vinte e quatro) meses, respeitando o tempo máximo de 60 meses para a contratação.

#### 2 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 As características e especificidades dos serviços a serem contratados são descritos nos APÊNDICES, onde estão disponibilizados: o formato de execução; os equipamentos e ferramentas necessários; locais de operação; qualificação e carga horária dos profissionais a serem alocados na prestação de serviços; assim como horários de atendimento, dentre outras informações relevantes.

2.2 Desse modo, relacionamos abaixo, os APÊNDICES com breves especificações dos serviços e suas características a saber:

##### 2.2.1 APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.2.1.1 O objetivo deste Apêndice é apresentar as especificações de materiais e serviços que deverão ser obedecidas pelas empresas CONTRATADAS para executar a manutenção predial dos imóveis ocupados pelas unidades da CAIXA.

2.2.1.2 As orientações apresentadas obedecem às diretrizes básicas estabelecidas para a execução de serviços de manutenção e adequação de ambientes, sejam próprios, locados ou em processo de locação/construção pela CAIXA em todo o território nacional.

##### 2.2.2 APÊNDICE B - EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAL E UNIFORMES

2.2.2.1 A empresa deverá manter disponível todos os equipamentos e ferramental necessários, para a correta execução dos serviços de manutenção previstos contratualmente.

2.2.2.2 Desse modo, a Contratada se obriga a executar todos os serviços previstos em contrato e, em nenhuma hipótese, poderá alegar falta de equipamento ou ferramental necessário para a não execução dos serviços.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 64 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

### 2.2.3 APÊNDICE C - PROCESSO DE ATENDIMENTO

2.2.3.1 Os serviços objeto deste CONTRATO deverão atender TODOS os componentes de infraestrutura e acessórios contidos nas instalações das Unidades da CAIXA.

2.2.3.2 Todas as solicitações para serviços previstos nesse Contrato são consideradas demandas de manutenção, sejam referentes a itens incluídos no valor fixo mensal, bem como para chamados de serviços sob demanda, ou ainda, uma combinação dos dois.

2.2.3.3 As demandas corretivas relacionadas aos itens de manutenção preventiva estão previstas no valor mensal pago à CONTRATADA, não cabendo nenhum custo adicional para a CAIXA.

### 2.2.4 APÊNDICE D - SERVIÇOS SOB DEMANDA

2.2.4.1 Serviços de manutenção predial contratados sob demanda são aqueles solicitados pela CAIXA e cujo pagamento será realizado após a efetiva execução pela CONTRATADA, aprovação e recebimento pela CAIXA.

2.2.4.2 Os prazos de atendimento às demandas de serviços de adequação são definidos de acordo com a prioridade do chamado, conforme especificado no APÊNDICE C – PROCESSO DE ATENDIMENTO.

### 2.2.5 APÊNDICE E - EQUIPE DE ATENDIMENTO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

2.2.5.1 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços com pessoal suficiente e devidamente qualificado, para atendimento de todas as demandas nas condições, quantidade e prazos estabelecidos, cuja qualificação profissional dos componentes não poderá ser inferior à das Equipes Técnicas discriminadas nesse Apêndice E e constantes no Apêndice G – Planilhas de Composição de Custos, aba MO, atentando-se quanto à obrigatoriedade do QUANTITATIVO MÍNIMO MENSAL DE HORAS, para cada especialidade, dimensionada no APÊNDICE G – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, aba MO da ESTIMATIVA DA CAIXA.

2.2.5.2 Os serviços relacionados à EQUIPE DE ENGENHARIA da CONTRATADA, designada para fazer a gestão técnica das demandas nas suas respectivas especialidades e que assumem a responsabilidade técnica por todos os serviços executados pelas equipes de manutenção nas respectivas áreas de atuação, deverão ser disponibilizados, para cada especialidade, conforme QUANTIFICAÇÕES MÍNIMAS DE HORAS MENSAIS, que são obrigatórias, estabelecido na PLANILHA DO APÊNDICE G – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, aba MO.

2.2.5.3 É VEDADO A SUBCONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES TÉCNICAS, DE QUALQUER ESPECIALIDADE, inclusive como Pessoa Jurídica Microempreendedor Individual (MEI), Empresário Individual (EI), Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), ou através de Sociedade Limitada (LTDA), Sociedade Simples (S/S) ou Sociedade Anônima (S/A).

### 2.2.6 APÊNDICE F - PLANILHAS DE RELAÇÃO DE UNIDADES

2.2.6.1 Devido ao formato de arquivo/tipo o mesmo se encontra disponível, mediante acesso ao Portal de Compras da CAIXA - [https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina\\_inicial.aspx](https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx)

### 2.2.7 APÊNDICE G - PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

2.2.7.1 Devido ao formato de arquivo/tipo o mesmo se encontra disponível, mediante acesso ao Portal de Compras da CAIXA - [https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina\\_inicial.aspx](https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx)

### 2.2.8 APÊNDICE H – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 65 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

2.2.8.1 A CAIXA adotará ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS para mensurar a qualidade e quantidade dos serviços que lhe serão prestados pela CONTRATADA.

2.2.8.1.1 Para tanto, serão utilizados os seguintes indicadores, cujas regras de aplicação estão definidas nesse apêndice:

- Índice de Conformidade de Manutenção - ICM;
- Índice de Performance de Atendimento – IPA;
- Índice de Abertura de chamados de Corretiva - IAC
- Índice de Disponibilidade de Unidades- IDU

## 2.2.9 APÊNDICE I - INDICE DE CONFORMIDADE DE MANUNTEÇÃO

2.2.9.1 A CAIXA adotará indicadores de desempenho para mensurar a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.

2.2.9.1.1 Dentre os Indicadores previstos no mencionado APÊNDICE, temos o Índice de Conformidade de Manutenção – ICM, que será calculado em Unidades selecionadas por meio de um processo de amostragem, cuja amostra será extraída do universo de todas as Unidades contempladas no respectivo Contrato.

## 2.2.10 APÊNDICE J – MATRIZ DE RISCO MANUTENÇÃO INTEGRADA

2.2.10.1 A Matriz de Risco é o instrumento que tem como objetivo definir as responsabilidades do CONTRATANTE e do CONTRATADO na execução do contrato.

2.3 As informações completas sobre o objeto, com especificações, características, quantidades, e modos de execução, se encontram nas peças técnicas (APÊNDICES) a este Termo de Referência.

## 3 VISTORIA

3.1 A licitante poderá realizar vistoria nas instalações e nos equipamentos, objeto da licitação/contratação, visando subsidiar a elaboração de sua proposta. A visita para fins de vistoria deverá ser agendada somente por meio de mensagem eletrônica, a ser enviada à caixa postal eletrônica [cilogre@caixa.gov.br](mailto:cilogre@caixa.gov.br), impreterivelmente até dois dias úteis anterior a sessão pública, na qual deverá constar o número e objeto do Pregão Eletrônico, além de nome e RG do(s) funcionário(s) da empresa que comparecerá(ão) ao(s) imóvel(eis), sendo que essa visita será acompanhada por empregado da fiscalizadora indicado pela CAIXA, ou empregado CAIXA.

3.2 É obrigatória a apresentação pela licitante de declaração de conhecimento do estado atual de conservação das instalações e equipamentos existentes nas edificações, bem como das condições locais para a execução do objeto, de modo que, no futuro, a contratada não poderá alegar desconhecimento de suas obrigações acerca das características/dimensionamento do parque a ser mantido.

3.3 O formulário referente à declaração de conhecimento/vistoria se encontra disponibilizado nos anexos do Edital.

## 4 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

4.1 Para fins de instrução de Procedimento Licitatório, os serviços por ora demandados constituem-se, fundamentalmente, em serviços comuns, de natureza continuada, frequentemente contratados pela CAIXA, e facilmente encontráveis no mercado. Tais serviços se encontram especificados e descritos nos Apêndices desse edital/termo de referência, bem como nos Cadernos de Diretrizes Técnicas – CDT da CAIXA, que

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 66 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



serão disponibilizados aos licitantes; de modo que a sua caracterização/descrição se apresenta de forma clara e de fácil percepção pelos interessados.

4.2 Nesse sentido, os serviços de manutenção de ambientes de uso são perfeitamente enquadráveis no conceito legal de serviço comum.

## 5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

### 5.1.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

5.1.1.1 Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA / CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, dentro do seu prazo de validade, onde constem os seus responsáveis técnicos, nas especialidades de ENGENHEIRO CIVIL (Art. 7º da Resolução 218 de 29 de junho de 1973), ENGENHEIRO MECÂNICO (Art. 12º da Resolução 218 de 29 de junho de 1973) e ENGENHEIRO ELETRICISTA ELETROTÉCNICO e de TELECOMUNICAÇÕES (Art. 8º e 9º, respectivamente, da Resolução 218 de 29 de junho de 1973), ou titulação(ões) de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA equivalente(s).

5.1.1.2 Apresentação de atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) das(s) respectiva(s) ART ou CAT do responsável técnico que acompanhou o serviço, comprovando ter a licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividades pertinentes e compatíveis com as parcelas de maior relevância e valor significativo EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS, EM IMÓVEIS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

### ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA

5.1.1.3 Para fins de comprovação da qualificação técnica relativa ao objeto deste Edital, entenda-se como parcelas de maior relevância e valor significativo aquelas afetas à prestação de serviços de manutenção de infraestrutura predial preventiva e corretiva, em regime contínuo, EM IMÓVEIS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO com os seguintes quantitativos mínimos:

a) ÁREA TOTAL MÍNIMA DE 23.000 m², correspondente ao máximo de 30% do somatório das áreas das unidades a serem mantidas, com responsável técnico da respectiva especialidade, detentor de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA;

b) Instalações elétricas com potência DE CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 2.450 KVA, INCLUINDO SUBESTAÇÃO, correspondente ao máximo de 30% do somatório das capacidades instaladas nas unidades a serem mantidas, com responsável técnico da respectiva especialidade, detentor de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA;

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 67 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

c) Instalações de cabeamento estruturado com o mínimo de 1.650 PONTOS LÓGICOS, CATEGORIA 5e OU SUPERIOR, correspondente ao máximo de 30% do somatório das capacidades instaladas nas unidades a serem mantidas, com responsável técnico da respectiva especialidade, detentor de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA; e

d) Sistemas de climatização, incluindo do tipo VRF e SELF CONTAINED OU SPLITÃO, CONTENDO CASA DE MÁQUINAS, REDE DE DUTOS E GRELHAS (OU DIFUSORES), EM REGIME CONTÍNUO, COM NO MÍNIMO DE 1.400 TR, correspondente ao máximo de 30% do somatório das capacidades instaladas nas unidades a serem mantidas, com responsável técnico da respectiva especialidade, detentor de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA.

5.1.1.4 Poderá haver acúmulo de especialidades para profissionais que possuam mais de uma titulação.

5.1.1.5 A licitante poderá apresentar comprovantes distintos para cada uma das parcelas de maior relevância.

5.1.1.6 A licitante poderá somar os quantitativos dos atestados para a comprovação de uma mesma parcela desde que os serviços tenham sido executados simultaneamente.

5.1.1.7 Compreende-se como períodos simultâneos a execução dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em estabelecimentos distintos concomitantemente.

5.1.1.8 Compreende-se por regime contínuo a execução ininterrupta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva por período igual ou superior a 12 meses.

5.1.1.9 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante a seu favor ou a favor de profissionais vinculados à mesma.

5.1.1.10 A parcela da alínea "a" deve ser comprovada por profissional de ARQUITETURA ou ENGENHARIA CIVIL; as parcelas das alíneas "b" e "c" devem ser comprovadas por profissional de ENGENHARIA ELÉTRICA e a parcela da alínea "d" deve ser comprovada por profissional de ENGENHARIA MECÂNICA, conforme atribuições do CONFEA/CAU, ou titulação(ões) de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA equivalente(s).

5.1.1.11 Somente serão aceitas como aptas para comprovação da qualificação técnica as parcelas do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) que tenham sido executadas dentro das atribuições previstas nos normativos do CONFEA/CAU para os profissionais indicados como seus responsáveis técnicos.

## 5.1.2 CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

5.1.2.1 Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que pertençam ao seu quadro permanente ou sejam contratados para o objeto desta licitação e que demonstrem a execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, EM IMÓVEIS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, com as seguintes formações:

5.1.2.1.1 Engenharia Civil ou Arquitetura, e; Engenharia Elétrica, e; Engenharia Mecânica; ou outra(s) titulação(ões) de nível superior equivalente(s), devidamente reconhecida(s) por entidade de classe, detentor(es) de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m):

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 68 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

a) Apresentação, em papel timbrado, de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA (atribuição Art. 8º da resolução n. 218/73 do CONFEA) ou titulação(ões) de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA equivalente(s), desempenhado atividades de MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO, INCLUINDO SUBESTAÇÃO, EM REGIME CONTÍNUO, COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 800 kVA, devidamente averbado(s) no CREA, acompanhada da respectiva CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, com assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela emissão do atestado técnico, informando a habilitação na profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA ou CAU, o nº no CREA ou CAU, e o nº do Registro Nacional do Profissional - RNP, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

b) Apresentação, em papel timbrado, de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o ENGENHEIRO ELETRICISTA MODALIDADE ELETRÔNICO (ATRIBUIÇÃO ART. 9º DA RESOLUÇÃO N. 218/73 DO CONFEA) OU ENGENHEIRO ELETRICISTA MODALIDADE COMUNICAÇÃO OU ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou titulação(ões) de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA equivalente(s), desempenhado atividades de MANUTENÇÃO de cabeamento estruturado, com certificação, EM REGIME CONTÍNUO, com o mínimo de 550 PONTOS LÓGICOS, categoria 5e ou superior, devidamente averbado(s) no CREA, acompanhada da respectiva CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, com assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela emissão do atestado técnico, informando a habilitação na profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA ou CAU, o nº no CREA ou CAU, e o nº do Registro Nacional do Profissional - RNP, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

c) Apresentação, em papel timbrado, de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o ENGENHEIRO MECÂNICO (atribuição 12º da resolução CONFEA 218/73), ou titulação(ões) de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA equivalente(s), desempenhado atividades de MANUTENÇÃO de sistemas de climatização, incluindo do tipo VRF e SELF CONTAINED OU SPLITÃO, CONTENDO CASA DE MÁQUINAS, REDE DE DUTOS E GRELHAS (OU DIFUSORES), EM REGIME CONTÍNUO, com no mínimo 450 TRs, devidamente averbado(s) no CREA, acompanhada da respectiva CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, com assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela emissão do atestado técnico, informando a habilitação na profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA ou CAU, o nº no CREA ou CAU, e o nº do Registro Nacional do Profissional - RNP, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

d) Apresentação, em papel timbrado, de atestado(s), certidão(ões), declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o ENGENHEIRO CIVIL OU ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO (atribuição 7º da resolução CONFEA 218/73), ou titulação(ões) de GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA equivalente(s), desempenhado atividades de MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL, EM REGIME CONTÍNUO, em imóveis com área total mínima de 7.650 m², devidamente averbado(s) no CREA, acompanhada da respectiva CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, com assinatura do engenheiro ou arquiteto responsável pela emissão do atestado técnico, informando a habilitação na profissão abrangida pelo Sistema CONFEA/CREA ou CAU, o nº no CREA ou CAU, e o nº do Registro Nacional do Profissional - RNP, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

5.1.2.1.2 A exigência está amparada pelo entendimento mais atual do Tribunal de Contas da União, conforme o Acórdão nº 1214/2013 - Plenário, que reconheceu a legalidade e a proporcionalidade dessa

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 69 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

exigência, desde que devidamente justificada e limitada aos aspectos de maior relevância e valor significativo do objeto contratado.

5.1.2.1.3 A exigência visa garantir que os profissionais responsáveis pela execução dos serviços tenham experiência comprovada em obras ou serviços de porte compatível com os que serão contratados, evitando assim a contratação de profissionais que não detêm capacidade técnica adequada para o desempenho satisfatório do objeto.

5.1.2.1.4 A exigência está alinhada com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência, pois permite que a Administração estabeleça critérios objetivos e razoáveis para a habilitação dos licitantes, sem restringir a competitividade ou a ampla participação dos interessados.

5.1.2.1.5 A exigência está fundamentada em estudos técnicos prévios que demonstram a complexidade, a especificidade e o quantitativo do objeto a ser contratado, bem como os riscos envolvidos na sua execução, que demandam a comprovação de capacidade técnico-profissional dos licitantes em patamares mínimos compatíveis com o objeto. Esses estudos técnicos prévios estão disponíveis para consulta no processo licitatório.

5.1.2.1.6 Poderá haver acúmulo de especialidades para profissionais que possuam mais de uma titulação.

5.1.2.1.7 A licitante poderá apresentar comprovantes distintos para cada uma das parcelas de maior relevância.

5.1.2.1.8 Serão considerados a soma de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) distintos relativos à parcela de maior relevância desde que estejam dentro de um período de até um ano - a qualquer época, não significa nos últimos 12 meses.

5.1.2.1.9 Compreende-se como períodos simultâneos a execução dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em estabelecimentos distintos concomitantemente.

5.1.2.1.10 Compreende-se por regime contínuo a execução ininterrupta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva por período igual ou superior a 12 meses.

5.1.2.1.11 No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no subitem acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

5.1.2.1.12 Os profissionais cuja capacitação foi comprovada nos termos do item 5.1.4 deverão participar da execução do objeto contratual, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CAIXA.

5.1.2.1.13 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante a seu favor ou a favor de profissionais vinculados à mesma.

5.1.2.1.14 Somente serão aceitas como aptas para comprovação da qualificação técnica as parcelas do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) que tenham sido executadas dentro das atribuições previstas nos normativos do CONFEA/CAU para os profissionais indicados como seus responsáveis técnicos.

5.1.2.1.15 Apresentação dos documentos exigidos no item 4 deste Apêndice E.

## 6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 6.1 Quanto à equipe de atendimento:

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 70 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

6.1.1 Apresentar à CAIXA, em até 30 dias corridos, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos engenheiros eletricitista, mecânico e civil, responsáveis técnicos pelo Contrato, devidamente quitadas junto ao CREA respectivo em que os serviços de manutenção serão realizados.

6.1.1.1 Descrever na ART principal do contrato, todos os serviços do objeto desse termo de referência, conforme definido no item 1.1.

6.1.2 Apresentar com antecedência mínima de 07 dias úteis da data do início da execução do contrato, a relação dos profissionais responsáveis pela prestação do serviço, conforme especificação contida no APÊNDICE E.

6.1.3 Informar mensalmente à CAIXA, por meio de lista, o nome e a qualificação técnica de todos os empregados alocados na prestação de serviço, no respectivo período.

6.1.4 Fornecer mensalmente à CAIXA, cópia digitalizada de toda documentação referente ao cumprimento de todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, dos empregados vinculados a prestação de serviço, no mês de competência.

6.1.5 Caso haja subcontratação, apresentar com antecedência mínima de 07 dias úteis da data do início da execução do contrato, cópia integral dos contratos da(s) Empresa SUBCONTRATADA, bem como a relação dos profissionais responsáveis pela execução de serviços especializados, identificados com os respectivos dados pessoais (RG/CPF) e ARTs.

6.1.5.1 Na SUBCONTRATAÇÃO de atividade especializada, a CONTRATADA deve exigir da interessada as mesmas de regras de idoneidade exigidas quando de sua CONTRATAÇÃO, mediante termo de compromisso no sentido de eliminar quaisquer práticas ilegais, imorais ou antiéticas, observando, especialmente, o princípio da dignidade da pessoa humana, garantindo, assim, os direitos dos trabalhadores previstos na Constituição Federal, quando na execução de serviços no seio da Administração Pública.

6.1.5.2 Desse modo, será exigido termo de compromisso da CONTRATADA, no sentido de que se abstenha de subcontratar empresa prestadora de serviços que:

- seja inidônea;
- desrespeite as garantias legais dos trabalhadores;
- utilize mão-de-obra infante-juvenil;
- faça uso de mão-de-obra escrava ou análoga à condição de escravo;
- faça uso de materiais sem origem certificada;
- não adote práticas sustentáveis nos negócios.

6.1.6 Comunicar à CAIXA com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, quando ocorrer alteração do quadro permanente de profissionais da CONTRATADA, encaminhando documentação comprobatória da qualificação técnica dos novos profissionais, cuja aceitação dependerá de análise.

6.1.6.1 Os empregados substituídos, em caráter temporário ou definitivo, devem atender aos mesmos requisitos técnicos exigidos da equipe em substituição.

6.1.7 Conferir o Plano de Emergência Contra Incêndio (PCI) da edificação e informar inconformidades, onde houver.

6.1.8 Cientificar os profissionais dos riscos envolvidos nas atividades relacionadas a execução do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) e realizar treinamento e capacitação da equipe quanto aos procedimentos de segurança.

6.1.9 Apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato:

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 71 de 99

6.1.9.1 Certificados de conclusão dos cursos de NR-10 dos Engenheiros, Técnicos em Eletricidade, Eletricistas e seus respectivos auxiliares.

6.1.9.2 Certificados de conclusão dos cursos de NR-35 dos profissionais que desenvolvem trabalho em altura.

6.1.9.3 Documentos do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

6.1.9.4 Relação dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI utilizados pela equipe, encaminhando relatório assinado pelo Responsável Técnico, contendo no mínimo quais EPI utilizados, certificado de Aprovação – CA de cada EPI e documento que comprove treinamento para correta utilização dos EPI.

6.1.9.5 Encaminhar termo assinado por todos os funcionários que prestam serviço no contrato atestando ciência dos riscos envolvidos na execução de suas atividades e perigos de exposição e de acidentes tais como incêndio, explosão, choque elétrico, quedas e de acidentes durante a manipulação dos fluidos refrigerantes e demais serviços contemplados no PMOC.

6.1.10 Dispor de todos os EPI e EPC necessários para a realização dos serviços, sem quaisquer ônus para a CAIXA, devendo esses serem disponibilizados às equipes antecipadamente à execução de quaisquer serviços.

6.2 Quanto aos equipamentos, materiais e insumos:

6.2.1 Disponibilizar conforme procedimentos e responsabilidades estabelecidos no contrato e em seus anexos, mão de obra, peças, equipamentos, e materiais de consumo necessários à execução dos serviços técnicos no cumprimento do contrato.

6.2.2 Utilizar exclusivamente peças sobressalentes originais e, nos trabalhos executados por seus técnicos, empregar somente acessórios e ferramentas recomendadas pelo fabricante dos equipamentos.

6.2.2.1 Todos os materiais destinados à substituição deverão possuir qualidade equivalente ou superior aos existentes nas instalações a serem mantidas, de modo a manter às especificações e qualidade em relação ao que foi substituído.

6.2.2.2 Os materiais e peças utilizados pela CONTRATADA nas instalações e equipamentos da CAIXA DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE NOVOS, e quando for o caso, com prazo de garantia do fabricante em vigência.

6.2.3 Observar em todos os procedimentos de manutenção preventiva, quando da necessidade de reparos e intervenções, as especificações contidas no Apêndice A – Especificações Técnicas, complementadas por exigências dos fabricantes dos equipamentos instalados nas unidades e as recomendações legais nos âmbitos federal, estadual e municipal.

6.2.4 Adquirir, transportar, guardar e utilizar todos os insumos, peças e materiais porventura necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, sem nenhum ônus para a CAIXA.

6.2.5 Utilizar equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados, inclusive escada e andaimes, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e de danos que possam ocasionar à CAIXA ou a terceiros.

6.2.6 Obedecer às instruções e às particularidades do manual específico de cada equipamento instalado e às técnicas recomendadas pelo fabricante, pela aplicação das normas técnicas brasileiras vigentes.

6.2.7 Apor e manter em bom estado, sobre cada equipamento, instruções impressas e plastificadas relativas à sua correta operação, riscos potenciais a pessoas e instalações e data da última manutenção.

6.2.8 Providenciar, quando houver necessidade de retirada de equipamento de unidades da CAIXA para fins de manutenção, a imediata substituição temporária por equipamento equivalente, a fim de permitir a

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 72 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



normalidade do funcionamento da unidade, sendo o ônus decorrente de responsabilidade da CONTRATADA.

6.2.8.1 Quando houver descarga de extintores de incêndio, em sinistros ou em atividades de treinamento, a CONTRATADA deverá providenciar imediatamente a recarga dos equipamentos sem ônus adicional para a CAIXA.

6.2.8.2 Disponibilizar, sempre que solicitado, toda a documentação exigida pelo corpo de bombeiros local referente às instalações, dentro do escopo deste contrato.

6.2.9 Responsabilizar-se pela destinação e descarte ecologicamente correto de resíduos, entulhos, materiais, equipamentos inservíveis e peças, resultantes das intervenções objeto deste contrato.

6.2.10 Manter atualizados os certificados de calibração dos instrumentos de coletas e medições para sistemas de climatização, emitidos por empresas credenciadas pelo INMETRO, por meio da Rede Brasileira de Calibração (RBC), ou em conformidade com este padrão, permitindo verificar contra qual padrão cada equipamento foi calibrado, conforme estabelecido na RE Anvisa 09/2003.

6.2.11 Observar a completa especificação contida no APÊNDICE B.

6.3 Quanto aos relatórios e laudos:

6.3.1 Apresentar à CAIXA relatório mensal contendo resumo das alterações ocorridas durante os serviços de conservação informando sobre o estado geral das instalações, sistemas e equipamentos, promovendo as inclusões e exclusões necessárias no APÊNDICE F da licitação do contrato, mantendo atualizado o banco de dados de quantitativos e especificações dos itens de infraestrutura das unidades deste contrato.

6.3.1.1 A CAIXA se reserva no direito de solicitar a qualquer momento os relatórios de campo que subsidiaram o resumo apresentado.

6.3.2 Elaborar relatórios/formulários e submetê-los à prévia aprovação da CAIXA, no prazo máximo de 07 dias úteis antes da data de início da prestação dos serviços, que poderá solicitar a sua alteração/adequação a qualquer momento.

6.3.3 A reprodução dos modelos/formulários ficará a cargo da CONTRATADA, sem ônus adicional à CAIXA.

6.3.4 Zelar pelo correto preenchimento de todos os campos dos relatórios, os quais deverão ser entregues em meio digital à CAIXA.

6.3.5 Recomenda-se utilização de equipamentos móveis para o preenchimento dos formulários do objeto deste contrato.

6.3.6 Entregar todos os relatórios e fichas técnicas, previstas neste Termo de Referência, em mídia digital, no formato de arquivos que não permitam alterações (com extensão \*.pdf) e com grau de resolução que permitam claramente sua leitura e reprodução.

6.3.7 Apresentar, mensalmente à CAIXA, relatório contendo os quantitativos descartados, informando a classificação e destinação dos resíduos, conforme TERMO DE COMPROMISSO contido no Edital.

6.3.8 Apresentar o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRC) conforme Decreto n.º 10.936/22 que regulamenta a Lei n.º 12.305/10 e de acordo com o Decreto n.º 11.043/22 que aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, juntamente com a respectiva ART/CREA.

6.3.9 Todos os laudos emitidos deverão contar com assinatura de responsável técnico da CONTRATADA da respectiva especialidade.

6.3.10 Apresentar anualmente o Relatório de Inspeção Anual (RIA) dos equipamentos de transporte vertical.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 73 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

6.3.11 Deverá ser encaminhado trimestralmente Inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE) em conformidade com formulário padrão fornecido pela CAIXA junto com as respectivas notas fiscais e certificados de destinação de resíduos.

6.3.11.1 Deverá ser considerado o primeiro trimestre do ano em janeiro, seguindo na ordem para os trimestres subsequentes.

6.3.11.2 Caso o início de contrato da empresa não coincida com um dos meses de início de trimestre regular do ano (janeiro, abril, julho e outubro), o relatório deverá ser entregue apenas com os dados dos meses restantes, voltando à regularidade trimestral nos meses seguintes.

6.3.11.3 O relatório deverá ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente ao fechamento do referido trimestre.

6.3.12 Elaborar anualmente os seguintes laudos de avaliação das unidades componentes do contrato:

- Avaliação de atendimento às normas de acessibilidade;
- Situação das instalações e equipamentos de combate ao incêndio e rota de fuga em conformidade com as normas de AVCB do Corpo de Bombeiros da região da unidade;
- Laudo de cumprimento das obrigações do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de acordo com a NR-9.

6.3.13 O primeiro laudo deverá ser emitido no período de início de contrato, conforme definido no Apêndice C – Processo de Atendimento.

6.3.14 Qualquer desvio em normas, legislações, padrões de instalação da CAIXA, recomendações de fabricantes, devem ser comunicadas à CAIXA para avaliação de responsabilidade e definição de ações corretivas.

6.3.15 Entregar, a critério da Caixa, laudo elaborado pelo Engenheiro Responsável da equipe técnica, que deverá comparecer ao local da falha, avaliar a situação, em caso de falhas graves de manutenção, apresentando possíveis causas do problema e qual a solução proposta no devido prazo contratual.

6.3.15.1 Considera-se falha grave, qualquer paralisação de equipamento importante para o funcionamento da unidade, tais como nobreak, climatizadores que atendam locais com postos de trabalho ou que afetem a sala técnica, falha no QGBT, e também ocorrências de telhado ou descidas de água pluvial que provoquem infiltração na unidade.

6.3.16 A não entrega dos laudos e relatórios nos prazos definidos significa a inclusão de não-conformidade grave no indicador de ICM da CONTRATADA até a disponibilização desses, sendo considerada descumprimento das condições contratuais, sujeitando a CONTRATADA a sanções.

6.3.17 Todos os laudos emitidos deverão contar com assinatura de responsável técnico da CONTRATADA da respectiva especialidade.

6.4 Quanto às condições gerais da prestação dos serviços e responsabilidades da CONTRATADA na execução no Contrato:

6.4.1 A CONTRATADA concorda com todos os termos e condições estabelecidas neste TR, incluindo as obrigações referente a entrega de serviço nas condições, termos e prazos acordados, e demonstra neste ato, estar ciente das sanções administrativas em decorrência de aplicação de Acordo de Nível de Serviço e descumprimento das demais cláusulas deste TR.

6.4.2 Executar o serviço de forma adequada, de modo completo e específico, obedecendo-se normas e procedimentos técnicos aplicáveis, no tempo e lugar determinados.

6.4.2.1 Caracterizada a inadimplência no cumprimento dos Indicadores de Desempenho estabelecidos e descritos neste Termo de Referência e Apêndices, ensejará aplicação de um REDUTOR no pagamento da fatura mensal, conforme tabelas de proporcionalidade definida no APÊNDICE H e multa por atraso.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 74 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

6.4.3 Proceder à correta emissão da Nota Fiscal/Fatura referente à prestação de serviço, possuir meios adequados para apuração do tributo, providenciar o respectivo recolhimento do tributo no local da prestação do serviço, de modo a afastar eventual responsabilização da CAIXA, quando a legislação tributária local lhe atribuir a condição de substituta tributária.

6.4.4 Receber da CAIXA relação de equipamentos na ocasião do recebimento da obra, com a data final de expiração da garantia e exercer essa garantia junto aos fabricantes quando da ocorrência de problemas de funcionamento nesse período a partir de autorização expressa da CAIXA.

6.4.5 A CONTRATADA será responsável pelo adequado funcionamento dos equipamentos em garantia devendo executar todos os procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, com o uso de peças adequadas e de mão de obra credenciada pelo fabricante, sendo responsável por todos os procedimentos necessários para atendimento em garantia.

6.4.5.1 No caso de o fabricante alegar perda de garantia por manuseio inadequado do equipamento, a contratada assume todos os ônus referentes à manutenção do equipamento sem custos adicionais para a CAIXA.

6.4.6 Quando da ocorrência de sinistros, danos a equipamentos ou instalações em unidades da CAIXA vinculadas a esse contrato e que sejam passíveis de ressarcimento junto a terceiros, comunicar imediatamente e tomar as providências necessárias para a obtenção dos ressarcimentos, sob pena de assumir o ônus decorrente.

6.4.7 Não executar sem autorização da CAIXA qualquer alteração nas unidades que implique em alterações a nível de projeto (as built).

6.4.8 Qualquer alteração que não for aprovada pela CAIXA e possa implicar em perdas de certificações ou autorizações de funcionamento das unidades será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo essa obrigada a arcar com todos os custos para retornar à situação original bem como o os custos de retiradas de novas cerificações e/ou novas autorizações de funcionamento.

6.4.9 Comunicar com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis, no caso de execução de rotinas de manutenção preventiva e ações corretivas que possam ocasionar interrupção do funcionamento normal das unidades.

6.4.10 Vistoriar e atestar os serviços efetuados nas unidades abrangidas pelo contrato realizando seu recebimento conjunto com os escritórios de engenharia e comunicar eventuais inconformidades à CAIXA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a data agendada da vistoria para emissão do Anexo de Recebimento Definitivo (ARD) de obra, não podendo haver alegações futuras por parte da CONTRATADA sobre eventuais imperfeições na execução dos serviços.

6.4.10.1 A identificação de eventuais desconformidades não exime a CONTRATADA da obrigação de realizar manutenção nas instalações a partir da emissão do ARD pela fiscalização terceirizada da CAIXA.

6.4.11 Executar as rotinas de manutenção preventiva e as ações corretivas sem causar interferências ou paralisações no funcionamento normal das unidades da CAIXA, salvo em casos de emergência.

6.4.12 Reconstituir todas as instalações após danos decorrentes da execução da manutenção, bem como reforçar a limpeza destes ambientes.

6.4.13 Arcar com toda e qualquer responsabilidade por uso indevido de patentes registradas, bem como de produtos de origem ilícita.

6.4.14 Executar serviços de infraestrutura (instalação e manutenção) quando for necessária a montagem de postos de atendimento temporário, eventos, treinamentos externos e caminhão da sorte, inclusive à noite e em finais de semana.

6.4.15 Apresentar histórico de cada instalação, sempre que houver troca de peças/equipamentos, nele incluídas todas as substituições havidas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 75 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

6.4.14 Responder nos âmbitos; civil, penal e administrativo, por conduta negligente ou imprudente, que provoque danos ao patrimônio da CAIXA, e também de terceiros, decorrentes de inexecução ou execução indevida ou incompleta do Contrato, independentemente de área de interferência ou quantitativos.

6.4.15 Executar ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato.

6.4.16 Orientar pelo menos 2 (dois) empregados de cada unidade da CAIXA sob sua responsabilidade, para a operação diária e para disseminar conhecimentos relacionados aos elementos técnicos mais importantes das instalações e equipamentos, julgados como necessários, alertando-os sobre os riscos de panes e acidentes em atuações fora das sequências recomendadas.

6.4.16.1 Para os ambientes dotados de maior criticidade, a CONTRATADA deve proporcionar uma orientação mais bem estruturada, considerando a complexidade dos serviços e instalações.

6.4.16.2 Sempre que houver transferências ou outras alterações relativas a estes empregados, a CONTRATADA deverá providenciar o treinamento dos seus substitutos.

6.4.17 Realizar manutenção de acordo com Normas Brasileiras pertinentes em vigor, que declara conhecer, inclusive de segurança, utilizando sinalização de advertência para o elemento em manutenção.

6.4.17.1 Periodicamente, deverão ser efetuados testes integrais de segurança, conforme Normas Pertinentes.

6.4.18 Promover ações relacionadas à cultura da boa prática na execução e gestão da prestação de serviço, visando a melhoria contínua no funcionamento de instalações e equipamentos, propondo soluções que venham otimizar o seu uso eficiente.

6.4.18.1 Tais ações podem contemplar a realização de estudos, elaboração de desenhos, levantamentos de material, ou outros atos considerados necessários, visando o uso sustentável dos bens em manutenção, sem ônus adicional para a CAIXA.

6.4.19 Estabelecer um sistema de comunicação eficiente com a CAIXA (telefone, fax, telefone celular e outros) para atendimento, principalmente, em eventuais emergências que ocorram fora do horário de expediente normal (à noite, finais de semana e feriados).

6.4.20 Dispor de software gerenciador capacitado a fornecer dados on-line, via internet compatível com dispositivos móveis, em mídia digital e impressos (relatórios), além de permitir o recebimento e a emissão de e-mail protocolado, conforme layout deferido e fornecido pela CAIXA, abrangendo, dentre outras informações, o seguinte:

- a) Tempo médio de atendimento;
- b) Histórico de intervenção por equipamento, instalação e peças substituídas;
- c) Cadastro de peças, equipamentos, instalações, agências;
- d) Tabela de preços e serviços;
- e) Demonstrativo de equipamentos por agência, mensal e anual;
- f) Relatórios mensais;
- g) Controle dos prazos de garantia pelos serviços executados, de modo a viabilizar o exercício do direito advindo da garantia contratada, caso ocorra falha/defeito do equipamento durante o período coberto.

6.4.20.1 O software deve ser utilizado exclusivamente na prestação dos serviços deste contrato, coberto de sigilo, sendo expressamente proibida a utilização de sua customização para outras empresas e/ou divulgação de dados sem autorização por escrito da CAIXA.

6.4.20.2 O software deve ser provido de recursos de segurança (senha, antivírus, firewall, etc.).

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 76 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

6.4.20.3 A CAIXA se reserva o direito de efetuar alteração no layout do e-mail protocolado a qualquer tempo, mediante prévia comunicação à CONTRATADA.

6.4.20.4 Ao final do contrato toda a documentação produzida e banco de dados deverão ser inteira e incondicionalmente cedidos à CAIXA.

6.4.21 Dispor de equipe qualificada para a execução do objeto e, no caso de equipamentos que demandem especialização técnica, tais como I) Grupo Moto Gerador (GMG); II) Equipamentos específicos de Climatização, tais como os de tecnologia VRF, Ar-Condicionado de Precisão e Chiller; III) Equipamentos de Transporte Vertical - elevadores e plataformas elevatórias; IV) Equipamentos de Detecção e Combate a Incêndio; V) Limpeza de Rede de Dutos e seus Acessórios; VI) Estabilizadores, UPS (No Break), e; VII) Manutenção de Usina Fotovoltaica, equipe autorizada/credenciada pelos respectivos fabricantes.

6.4.21.1 A CONTRATADA poderá subcontratar empresa autorizada ou credenciada pelo fabricante para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva para aqueles equipamentos ou instalações que demandem especialização técnica, tais como I) Grupo Moto Gerador (GMG); II) Equipamentos específicos de Climatização, tais como os de tecnologia VRF, Ar-Condicionado de Precisão e Chiller; III) Equipamentos de Transporte Vertical - elevadores e plataformas elevatórias; IV) Equipamentos de Detecção e Combate a Incêndio; V) Limpeza de Rede de Dutos e seus Acessórios; VI) Estabilizadores, UPS (No Break), e; VII) Manutenção de Usina Fotovoltaica.

6.4.21.2 A CONTRATADA poderá realizar mais de uma SUBCONTRATAÇÃO para o mesmo serviço especificado acima, devendo todas as subcontratadas serem previamente autorizada pela CAIXA.

6.4.21.3 Havendo a subcontratação, os instrumentos com a qualificação completa das partes deverão ser apresentados à CAIXA, em até 15 dias após a assinatura do contrato, para fins de controle.

6.4.21.4 A CONTRATADA assume integralmente a responsabilidade por todos os atos da SUBCONTRATADA como débitos, encargos sociais, trabalhistas e quaisquer outros danos ocorridos no patrimônio da CAIXA.

6.4.21.5 Todo e qualquer débito/encargo social decorrente da terceirização (contratação/subcontratação) que venha a ser reclamado junto à CAIXA, poderá ser deduzido ou descontado da fatura mensal da CONTRATADA.

6.4.21.6 Não é permitida a subcontratação de empresas que possuam contrato com a CAIXA, cujo objeto inclua o assessoramento à fiscalização de serviços de manutenção, obras e outros serviços de engenharia/arquitetura.

6.4.22 Instalar em até 15 dias após o início da vigência do contrato, e manter, POLO OPERACIONAL na cidade de SALVADOR/BA, visando a facilidade na comunicação, deslocamento, e agilidade no atendimento.

6.4.23 Observar, ainda, as seguintes recomendações na execução do contrato:

6.4.23.1 Os serviços de manutenção, corretiva e preventiva não emergenciais, assim definidos pela CAIXA a seu juízo, que se fizerem necessários e que irão interferir no funcionamento normal da Unidade, deverão ser executados fora do horário de expediente das unidades, desde que previamente comunicada à CAIXA, para adoção das providências necessárias ao acesso e segurança do imóvel.

6.4.23.2 Para fins de verificação da conformidade do serviço, será realizada fiscalização por amostragem, no universo constituído pelas Unidades CAIXA, que compõem o Contrato, conforme previsão no APÊNDICE H.

6.5 Quanto aos serviços de manutenção preventiva:

6.5.1 Realizar a conservação das unidades, de acordo com o disposto nos APÊNDICE C – PROCESSO DE ATENDIMENTO e conforme cronograma apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela CAIXA, sendo tais documentos partes integrantes deste Contrato.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 77 de 99

6.5.1.1 O cronograma de execução das rotinas de manutenção conservação nas unidades CAIXA integrantes do contrato devem ser apresentados à CAIXA na reunião de início de contrato para avaliação das datas e locais junto com a CONTRATADA.

6.5.1.2 Emitir para cada intervenção realizada documento a ser assinado por empregado da CAIXA, com a identificação das instalações, sistema e/ou equipamento, inclusive número de série deste, e data da intervenção.

6.5.2 Executar através de pessoal técnico qualificado e conforme plano básico e rotinas de manutenção (APÊNDICE C – PROCESSO DE ATENDIMENTO) os serviços preventivos periódicos, a fim de manter as instalações prediais em bom estado de conservação e funcionamento.

6.5.3 Executar as ações de conservação/manutenção de acordo com o cronograma sugerido pela CONTRATADA e aprovado pela CAIXA mediante confirmação da data e horário com o responsável pela Unidade CAIXA.

6.5.4 Assumir todas as instalações e equipamentos no estado em que se encontram, conforme APÊNDICE F - PLANILHAS DE RELAÇÃO DE UNIDADES.

6.5.5 A CONTRATADA terá prazo inicial, a contar da assinatura do contrato, para executar os procedimentos iniciais de manutenção preventiva em todas as unidades, conforme definido no APÊNDICE C – PROCESSO DE ATENDIMENTO.

6.5.5.1 Na primeira manutenção preventiva deve providenciar a correção dos defeitos cobertos em contrato, com a substituição, sem ônus adicional para a CAIXA, de todas as peças defeituosas que fazem parte das rotinas de manutenção preventiva e de manutenção corretiva, seguindo prazos definidos no APÊNDICE C – PROCESSO DE ATENDIMENTO.

6.5.6 A partir da data da última Manutenção Preventiva de cada unidade, em até 30 (trinta) dias, será feita vistoria em conjunto com Engenheiro designado pela CAIXA, com assinatura pelas partes, de termo conjunto de entrega das instalações.

6.5.7 A assinatura do termo de entrega das instalações não exime a CONTRATADA das obrigações Contratuais referentes àquela unidade até o fim da vigência do Contrato.

6.5.8 Enviar imediatamente planilha para análise da CAIXA, constando quantidade e especificação completa do banco de bateria de nobreak que necessitar ser substituído, para análise e aquisição pela CAIXA.

6.5.8.1 A mão de obra necessária para execução dos serviços de substituição de banco de baterias é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional.

6.5.9 Executar a manutenção do sistema de combate a incêndio de acordo com a legislação vigente.

6.5.9.1 Apresentar certificado de capacitação técnica da empresa responsável pelos serviços de recarga e teste hidrostático dos extintores e mangueiras dos sistemas de combate a incêndio, quando executados por outras empresas.

6.5.9.2 No caso de reprovação dos extintores no teste hidrostático, estes devem ser substituídos pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CAIXA.

6.5.9.3 Ao retirar extintor de incêndio para manutenção, a substituição do equipamento deverá ser imediata.

6.5.10 Encaminhar à CAIXA a primeira via de cada documento pertinente à manutenção preventiva, contendo o resumo dos serviços executados, os problemas detectados e as soluções adotadas para análise.

6.5.11 As manutenções preventivas de mecânica devem ocorrer, preferencialmente, no horário das 07:00 às 08:00 horas, ou das 19:00 às 22:00 horas, de segunda a sexta-feira e das 07:00 às 13:00 horas aos sábados, exceto se comprometer a segurança da unidade ou se o responsável pela unidade discordar, quando então deverá ser estabelecido novo horário para a execução dos serviços.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 78 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



6.5.12 Responder pelos apontamentos constatados quando da realização de vistoria após a última manutenção preventiva.

6.6 Quanto aos serviços de manutenção corretiva:

6.6.1 Executar as manutenções corretivas, nos prazos e condições previstos no APÊNDICE C – PROCESSO DE ATENDIMENTO, a fim de restabelecer o funcionamento das instalações abrangidas pelo contrato.

6.6.2 Atender CHAMADOS/DEMANDAS da CAIXA, bem como suas solicitações em caráter de urgência, durante os dias úteis ou não, nos períodos diurnos ou noturnos, para solução de problemas nos equipamentos objeto da manutenção, que poderão resultar em prejuízo à CAIXA ou a terceiros, sem qualquer ônus adicional à CAIXA, observado o disposto no APÊNDICE C – PROCESSO DE ATENDIMENTO e APÊNDICE H – INDICADORES DE DESEMPENHO.

6.6.3 Executar os serviços corretivos com a reposição e substituição de peças, de todos os equipamentos objeto do Contrato, que estejam danificadas e/ou apresentem algum defeito, assim como os materiais necessários, sendo que as peças deverão ser genuínas, ou seja, fabricadas pelo fornecedor da marca dos equipamentos.

6.6.3.1 A reposição de peças, materiais de consumo, insumos e mão-de-obra estão inclusos no preço contratado, exceto máquinas de tração.

6.6.4 Fornecer listagem das peças e materiais utilizados nos serviços corretivos, indicando a unidade e local de aplicação das mesmas.

6.6.4.1 A listagem deverá conter os quantitativos utilizados.

6.6.4.2 A nomenclatura dos itens da relação de peças e materiais deverá, no que for possível, ser idêntica àquela utilizada no SINAPI.

6.7 Quanto aos serviços sob demanda:

6.7.1 Executar serviços de adequação (PSAA e SCE), citados no APÊNDICE D – SERVIÇOS SOB DEMANDA.

6.7.2 Executar os serviços de adequação (PSAA e SCE) respeitando as especificações técnicas contidas no APÊNDICE A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS e APÊNDICE E - EQUIPE DE ATENDIMENTO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, observando ainda as recomendações dos fabricantes e normas brasileiras.

6.7.2.1 Tais serviços de adequação (PSAA e SCE) somente serão executados quando solicitados por chamado e com prévia aprovação e autorização da CAIXA.

6.7.2.2 A CAIXA reserva-se o direito de contratar no mercado os Serviços de Adequação (PSAA) ou Serviços Comuns de Engenharia (SCE).

6.7.3 Elaborar e entregar à CAIXA, por meio de uma cópia impressa e arquivo em meio magnético, mensalmente com os demais relatórios, projeto “as built” ou croquis (em extensão que possa ser lida pelo AutoCAD), referente às alterações ocorridas nas instalações prediais das unidades assistidas pelos serviços da CONTRATADA, obedecendo aos padrões estabelecidos pela CAIXA.

6.8 Cláusulas Gerais de Segurança da Informação

6.8.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 79 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

6.8.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

6.8.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

6.8.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

6.8.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

6.8.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

6.8.7 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

6.8.8 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.

6.8.9 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

6.8.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

## 6.9 Cláusulas Específicas relacionadas à Privacidade

6.9.1 Em conformidade com as Diretrizes Gerais da CAIXA quanto à Segurança da Informação e Privacidade junto a Fornecedores, o grau de criticidade dessa contratação é considerado BAIXO.

## 6.10 Quanto à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC da CAIXA

6.10.1 A CONTRATADA deve estar ciente das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e se comprometer a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes, assinando termo de ciência a ser disponibilizado.

## 7 GARANTIAS CONTRATUAIS

7.1 Para fins de assegurar a correta execução do contrato e para prevenir eventuais perdas, será exigida garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento), sobre o valor global da contratação.

## 8 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 80 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

8.1.1 A contratada sofrerá redução no seu pagamento mensal por descumprimento de Acordo de Nível de Serviço (ANS) a ser calculado e aplicado de acordo o disposto no APÊNDICE H – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO.

## 9 PRAZO, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 A CONTRATADA se sujeitará às sanções administrativas descritas neste item, independente da aplicação dos redutores previstos no ANS.

9.2 A ausência da aplicação dos redutores previstos no ANS não isenta a CONTRATADA do recebimento das sanções administrativas previstas nos casos de descumprimentos contratuais.

9.3 Em caso de descumprimentos contratuais, a aplicação dos redutores previstos no ANS não isenta a contratada das sanções administrativas.

9.3.1 ADVERTÊNCIA - nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;

### 9.3.2 MULTAS

#### 9.3.2.1 MULTA POR ATRASO

9.3.2.2 Pelo atraso na execução dos serviços, a CONTRATADA se sujeitará à MULTA POR ATRASO/MORA, sobre cada chamado em atraso, no percentual de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) por hora de atraso, incidente sobre o faturamento fixo mensal referente à Unidade/Agência onde ocorreu o fato, e devido no mês da ocorrência.

9.3.2.3 Para o cálculo da MULTA POR ATRASO/MORA será utilizada a seguinte formulação:

MPA = Multa por Atraso por chamado, por Unidade/Agência

PMU = Preço do m<sup>2</sup> da manutenção

AU = Área da unidade

HA = Horas em Atraso do chamado

9.3.2.3.1 Exemplificando: Um chamado com 72 horas de atraso, para uma Unidade/Agência com área aproximada de 550 m<sup>2</sup> e custo de manutenção unitária de R\$ 7/m<sup>2</sup>, representa uma multa total de R\$ 27,72.

#### 9.3.2.4 MULTA POR INEXECUÇÃO

9.3.2.4.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar à Contratada, as sanções administrativas previstas no Art. 71 do RLCC – Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA, assegurada a ampla defesa, conforme abaixo:

- Multa de 1% (um por cento) sobre a fatura mensal do contrato em caso de perda das condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital, inclusive das exigências pertinentes à regularidade fiscal e trabalhista e previdenciária;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre a fatura mensal na hipótese de inexecução parcial do objeto;
- Multa de 20% (vinte por cento) sobre a fatura mensal/valor mensal do contrato, na hipótese de inexecução total do contrato.

#### 9.3.2.5 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A CAIXA

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 81 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

9.3.2.5.1 Nos casos de inexecução parcial, ou total do contrato a CAIXA poderá aplicar suspensão temporária de até 2 anos, segundo resultar apurado em processo regular, no qual tenha sido assegurado o contraditório e a ampla defesa, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior;

9.3.2.5.2 Também poderá ser aplicada a suspensão temporária conforme previsto no inciso IX do Art. 72 do RLCC – Falhar ou fraudar na execução do contrato.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

10.1 A CAIXA adotará Indicadores de Desempenho para mensurar o grau de conformidade e qualidade dos serviços a serem prestados, bem como a disponibilidade das instalações e a tempestividade no atendimento das demandas, visando o aperfeiçoamento do processo de manutenção, conforme APÊNDICE H.

10.1.1 Em face de exigências legais regionais, quando os serviços prestados forem executados em unidades CAIXA instaladas em municípios que requeiram o licenciamento ou emissão de alvará periódicos para os equipamentos de transporte vertical a contratada, ou seus subcontratados, deverão:

10.1.1.1 Apresentar comprovação de credenciamento ou qualquer outra forma de registro requerida pelos órgãos municipais de fiscalização para execução dos serviços de manutenção de equipamentos de transporte vertical.

10.1.1.2 Efetuar a emissão ou renovação periódica dos alvarás, licenças, ou qualquer outra forma de autorização requerida pelos órgãos municipais de fiscalização para operação dos equipamentos de transporte vertical.

10.1.1.3 Efetuar as vistorias, inspeções e testes necessários para o Relatório de Inspeção Anual (RIA) conforme exigido pelas normas aplicáveis ou regulamento municipal, o que for mais exigente, e o realizar seu registro, cadastro, ou qualquer outra forma de apresentação requerida pelos órgãos municipais de fiscalização para operação dos equipamentos de transporte vertical.

10.2 Em face de exigências legais regionais, quando os serviços prestados forem executados nas unidades CAIXA instaladas no Estado do Rio de Janeiro, será necessário que a empresa contratada, ou seus subcontratados após a assinatura do contrato:

10.2.1 Apresente comprovação de credenciamento junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) para execução de serviços de limpeza do reservatório de água potável e análise da potabilidade da água, em conformidade com a lei Estadual 1.893 de novembro de 1991.

10.2.2 Apresente comprovação de credenciamento junto ao GEM (Gerência de Engenharia Mecânica) da prefeitura do Rio de Janeiro para execução dos serviços de manutenção de sistemas de climatização e ventilação mecânica e em equipamentos de transporte vertical nas unidades instaladas no município do Rio de Janeiro.

10.3 Nas localidades com Leis Municipais ou Estaduais que exijam a comprovação de manutenção para elementos objetos do contrato, a contratada deverá assinar os termos necessários a renovação das licenças junto aos respectivos órgãos.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 82 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

## ANEXO II

### MATRIZ DE RISCOS

A CONTRATADA assume, integral e exclusivamente, todos os riscos relacionados ao presente contrato, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS.

A Matriz de Riscos é o instrumento que tem como objetivo definir as responsabilidades do CONTRATANTE e do CONTRATADO na execução do contrato.

A análise dos riscos associados a este contrato é realizada através da matriz de riscos abaixo que tem como objetivo traçar as diretrizes das cláusulas contratuais.

Tipo de Risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Alocação
Embargo ou interdição dos serviços por órgão público / fiscalização.	Paralisação dos serviços por falta de cumprimento de exigências legais (Alvará, ART, Normas de Segurança, etc..)	Aumento de prazo e custos.	A CONTRATADA deverá obter todas as licenças pertinentes aos serviços a serem realizadas perante aos órgãos responsáveis e fornecer as ART's.	CONTRATADA
Não ter acesso para a execução dos serviços	Ter o acesso (total ou parcial) <b>negado</b> ou ser impedido de entrar na unidade por falta de vigilância.	Aumento de prazo e custos.	A CONTRATADA deverá realizar todos os procedimentos padrões de solicitação de acesso (Realização de biometria, antecedência de 72hrs, etc..). Citando inclusive as áreas onde realizará os <b>serviços</b>	CAIXA
Falta de qualificação de pessoal técnico	Contratação de pessoal sem a qualificação necessária para o serviço	Retrabalhos Aumento prazos e custos	Exigência de qualificação técnica na contratação  Subcontratação de empresas especializadas, dentro do limite permitido	CONTRATADA
Paralisação dos serviços por agentes e/ou eventos externos	Eventos durante a obra que impeçam o cumprimento do prazo ou aumentem seus custos.	Aumento de prazo e custos	Possibilidade de execução de serviços em regime 24h. Contratação de seguro. Risco de Engenharia ou outros com cobertura acessória específica. Capacitação da equipe e observação às normas de segurança. Aditivo contratual	CAIXA
Modificações das especificações do serviço / Projeto	Administração poderá modificar especificações de serviços, ampliar ou reduzir o escopo	Aumento de prazo e custos	Reajustes periódicos/reequilíbrio econômico-financeiro/aditivo contratual	CAIXA
Obsolescência tecnológica, falta de inovação técnica e deficiência de equipamentos	Contratada não consegue atingir os requisitos de qualidade	Retrabalhos Aumento de prazo e de custo	Previsão de cláusulas protetivas nos contratos de fornecimento de materiais/serviços  Seguro risco de engenharia  Seguro de Responsabilidade Civil Profissional	CONTRATADA

Contrato XXXXXXXXXX

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 83 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

Tipo de Risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Alocação
Inflação	Diminuição da margem de lucro da empresa	Aumento do custo	Reajuste contratual	CONTRATADA
Danos a terceiros	Danos causados a terceiros em decorrência de más decisões durante a reforma.	Aumento prazo e custos	Seguros	CONTRATADA
Roubos ou furtos no local da obra	Prejuízos gerados por segurança inadequada no canteiro de obras, gerando custos adicionais	Aumento prazo e custos	Planejamento organizacional da empresa	CONTRATADA
Problemas de liquidez financeira	Contratada apresenta problemas de caixa, impossibilitando a continuação da obra	Aumento de prazo	Qualificação Econômico-financeira adequada ao porte da obra / Planejamento financeiro	CONTRATADA
Não capacidade de gerenciamento de obras/serviços concomitantes	Falta de pessoal para cumprir os contratos	Obras/serviços atrasados	Contratação de pessoal qualificado em quantidade suficiente	CONTRATADA

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 84 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



### ANEXO III

#### **DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a) Dirigente da CAIXA;
  - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
  - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Bauru, [REDACTED] de [REDACTED].

\*\*\* assinatura conforme página [REDACTED]

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 85 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

**2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA****2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:**

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 86 de 99

quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site [www.jogoresponsavel.com.br](http://www.jogoresponsavel.com.br) e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — stakeholders —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

**2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.**

### **3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA**

**3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:**

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 87 de 99

**3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:**

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

**3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:**

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

## ANEXO V

### **TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADEÇÃO AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

██████████, inscrita(o) no CNPJ ██████████, por meio do(s) seu(s) representante(s) devidamente constituído(s), CPF ██████████ e ██████████, CPF ██████████, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Bauru, ██████████ de ██████████.

\*\*\* assinatura conforme página ██████████

Contrato ██████████

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 89 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



## ANEXO VI

### **DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL** **ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.  
Gerente da Caixa Econômica Federal

██████████, com sede na ██████████, inscrita no CNPJ sob o nº ██████████, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Bauru, ██████████ de ██████████.

\*\*\* assinatura conforme página ██████████

Contrato ██████████  
Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 90 de 99



**ANEXO VII****TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**  
**Exclusivo para Prestador de Serviço**

<b>Nome do Usuário</b>	<b>CPF</b>
<b>Empresa</b>	<b>Função</b>
<b>Lotação</b>	<b>Telefone</b>

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;

**Contrato** XXXXXXXXXX**Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 91 de 99**

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA.
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)>, clique na aba "Downloads", item "Governança Corporativa", no link "Política de Segurança e Informação", ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do usuário

\_\_\_\_\_  
Nome, CPF e Assinatura do  
Representante/Preposto da Empresa  
Contratada

Contrato [REDACTED]  
Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 92 de 99



## ANEXO VIII

### TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA CAIXA - EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

<b>Nome Empresa</b> [REDACTED]	<b>CNPJ</b> [REDACTED]
<b>Endereço</b> [REDACTED]	
<b>Nome do Representante Legal</b> [REDACTED]	<b>CPF</b> [REDACTED]

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA, bem como capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

Bauru, [REDACTED] de [REDACTED].

\*\*\* assinatura conforme página [REDACTED]



## ANEXO IX

### TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA - EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

Nome Empresa	CNPJ
Endereço	
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba "Downloads", no link "A CAIXA – Governança Corporativa") e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA, bem como a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

Bauru, de .

\*\*\* assinatura conforme página

ANEXO X

**DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS**

Eu,....., CPF....., representante da empresa ..... CNPJ ....., no cargo de ....., declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade> e [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”).

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a ela.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Nome

**[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]**

## ANEXO XI

**DECLARAÇÃO DA CONTRATADA SOBRE DESTINAÇÃO/DESCARTE, RECOLHIMENTO E  
DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS**

<b>NOME DA EMPRESA</b> , inscrita no CNPJ/MF nº <b>CNPJ DA EMPRESA</b> , por meio do seu representante devidamente constituído e abaixo assinado, <b>IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA</b> , doravante denominada CONTRATADA, declara na forma da lei e para todos os fins legais, que descartou os resíduos abaixo, nas quantidades e destinos apontados, de modo a cumprir as exigências legais, em especial, do Decreto Federal nº 10.936/2022.		
<b>DADOS DO RESÍDUO</b>		
<b>NOME PARA EMBARQUE:</b>		
<b>CLASSE/SUBCLASSE: Nº ONU GRUPO DE EMBALAGEM:</b>		
<b>LICENÇA AMBIENTAL</b> .....	<b>VALIDADE</b> .....	<b>CÓDIGO NBR 10.004:</b>
<b>CONSISTÊNCIA:</b> sólido ( ) Pastoso ( ) Líquido ( ) Gasoso ( ) Pulverizado ( )		
<b>QUANTIDADE:</b> .....		
<b>EMBALAGEM:</b> .....		
<b>CUIDADOS NO MANEJO E PRIMEIROS SOCORROS:</b> Ver ficha de emergência		
A CONTRATADA declara, por meio desta, que os resíduos acima citados estão devidamente acondicionados para o transporte até seu destino final, conforme a legislação vigente.		

<b>DADOS DO TRANSPORTADOR</b>		
<b>LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL</b> .....	<b>VALIDADE</b> .....	
<b>DATA DO CARREGAMENTO:</b> .....	<b>HORA</b> .....	<b>VEÍCULO</b> .....
<b>RESPONSÁVEL</b> .....	<b>ASSINATURA</b> .....	
<b>PLACA DO VEÍCULO</b> .....	<b>NOME DA TRANSPORTADORA</b> .....	
<b>Tel.</b> .....	<b>ENDEREÇO</b> .....	
<b>DADOS DO DESTINATÁRIO</b>		
<b>LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL</b> .....	<b>VALIDADE</b> .....	
<b>DATA DO RECEBIMENTO</b> .....	<b>HORA</b> .....	<b>FORMA DE DESTINO</b> .....
<b>ENDEREÇO</b> .....		
<b>Tel. (.....)</b> .....	<b>Fax. (.....)</b> .....	
<b>OBSERVAÇÕES</b> .....		
<b>RESPONSÁVEL</b> .....	<b>CARGO/FUNÇÃO</b> .....	
<b>ASSINATURA</b> .....	<b>SETOR</b> .....	

Emitir em 3 (três) vias, sendo: 1 FILIAL/CAIXA, 1 Transportador, 1 Destinatário final

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Contratada  
CPF xxx.xxx.xxx-xx**Observações importantes:**

- Em conformidade com a Política de Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental, encontra-se em desenvolvimento na CAIXA o Programa de Coleta Seletiva bem como o planejamento para destinação ecologicamente correta dos resíduos decorrentes das operações de manutenção.

**Contrato** XXXXXXXXXX  
**Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 96 de 99**MARÇO, 2025  
Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.





- O Programa de Coleta Seletiva prevê inicialmente a coleta de papel, plástico, metal e vidro que deverão ser destinados às Cooperativas de Catadores, conforme prevê o Decreto 10.936/2022.
- Assim sendo, o descarte deste tipo de material deverá estar em consonância com o referido Programa, devendo a CONTRATADA utilizar os coletores existentes nas unidades da CAIXA objeto deste Edital.
- Quanto aos demais grupos de resíduos gerados pelas intervenções objeto deste Edital e descritos abaixo, recomendamos que também sejam descartados de forma ambientalmente correta.
- Esta declaração deverá ser entregue mensalmente, juntamente com os demais documentos previstos no Contrato.

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 97 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.

## ANEXO XII

### DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E CONHECIMENTO DOS APÊNDICES DO CONTRATO

██████████, inscrita(o) no CNPJ ██████████, por meio do(s) seu(s) representante(s) devidamente constituído(s), CPF ██████████ e ██████████, CPF ██████████, DECLARA, sob as penas da lei, que no ato da publicação do edital referente a Licitação CAIXA 0021/2025, tomou conhecimento de todos os apêndices relacionados no Termo de Referência, bem como atesta ter recebido novamente todos os apêndices no ato de convocação para assinatura deste contrato.

Bauru, ██████████ de ██████████.

\*\*\* assinatura conforme página ██████████

Contrato ██████████

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 98 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.



## ANEXO XIII

### DECLARAÇÃO DE PREPOSTO

A empresa [REDACTED], inscrita(o) no CNPJ [REDACTED], por meio do(s) seu(s) representante(s) devidamente constituído(s), [REDACTED], CPF [REDACTED] e [REDACTED], CPF [REDACTED], atendendo ao disposto na cláusula "DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA", que exige manter preposto *para "orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho"*, apresenta a seguir o(s) responsável(eis) que agirão, nesta contratação, em nome da empresa:

\_\_\_\_\_ - CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - CPF: \_\_\_\_\_

Bauru, [REDACTED] de [REDACTED].

\*\*\* assinatura conforme página [REDACTED]

Contrato [REDACTED]

Licitação CAIXA Nº 0021/2025 - CECOT - fls. 99 de 99

MARÇO, 2025

Minuta Contrato Serviço sem MOD - versão 17 - Alterações aprovadas nos termos da NJ GEAJU 6966873/2025.